

revista

ATL | ACAMPAMENTO

TERRA LIVRE



**NOSSO MARCO
É ANCESTRAL
SEMPRE
ESTIVEMOS
AQUI**

2024

DENILSON BANIWA



ÍNDICE

- 05** Nosso Marco é Ancestral. Sempre Estivemos Aqui.
- 08** **Construindo Memórias:**
A Trajetória do 20º Acampamento Terra Livre
- 11** Nosso Marco é Ancestral. Nós sempre estaremos aqui!
- 21** Acampamento Terra Livre
- 44** **20º Acampamento Terra Livre**
- 46** Dia 21/04 | ATL no Eixão
“Sempre Estivemos Aqui: ATL 20 anos!”
- 47** Dia 22/04 | Resistência Indígena
- 51** Dia 23/04 | Direitos Indígenas não se negociam
- 55** Dia 24/04 | Políticas pelo bem viver indígena
- 60** Dia 25/04 | Sempre Estivemos Aqui
- 63** Dia 26/04 | Diga ao Povo que Avance!
- 67** **A união que constrói nossa luta:**
- 69** Comissões: nossa linha de frente na organização do ATL
- 90** Espaços
- 96** **ANEXOS**
- 96** Carta dos Povos Indígenas do Brasil
aos Três Poderes do Estado
- 101** Terra, Tempo e Luta | Declaração Urgente
dos Povos Indígenas do Brasil
- 104** Manifesto Indígena LGBTQIAP+
- 105** Programação das tendas das regionais





Foto: Thiago Walker

TEMPO de LUTAR

Nós, povos indígenas, somos o próprio tempo. Somos encantadores do tempo serpente. Quem diria que após mais de cinco séculos de colonização e extermínio, estaríamos aqui. De pé, como nossas florestas, cantando e empunhando nossos maracás, em resistência pela vida e pelo bem viver de toda a humanidade.

524 anos de perseguição, de estupro, de extermínio, de espoliação. E as terras indígenas são as únicas que registram apenas 1% de desmatamento nesse país.

Não trocamos mais nossa riqueza por seus relógios e seus espelhos. Já conhecemos o tempo milenar. Temos o poder de ver nossa própria beleza através de milênios.

E a cada desenrolar dessa serpente do tempo, reforçamos nossa unidade na conquista das demarcações e da proteção dos territórios indígenas.

20 anos de Acampamento Terra Livre.

O primeiro, realizado em 2004, reuniu apenas 150 indígenas, na data que trazia o nome do erro histórico: “dia do índio”.

Hoje somos mais de 6 mil indígenas, celebrando o reconhecimento da nossa raiz originária, como povos indígenas que somos.

Atravessamos contradições e desafios, serpenteando como um rio sobre a mãe terra

Uma trajetória que não segue a linha reta do tempo colonizado, mas a cada curva em que parecemos retroceder, saudamos e nos alimentamos da história ancestral para avançar na defesa dos direitos indígenas, na articulação de estratégias e na mobilização pela união das lutas.

Lutamos pela terra, porque é nela que cultivamos nossas culturas, nossa organização social, nossas línguas, costumes e tradições. E, principalmente, está na terra o nosso direito de permanecer indígenas.

Abram seus olhos grandes para o rosto do Brasil.

Temos pele multicolor.

Temos o solo pluriétnico.

Somos mais de 300 povos.

Falamos mais de 274 línguas.

Nossos olhos foram rasgados com a dor da colonização.

Nossos olhos foram inundados com o sangue que vocês derramaram sobre a terra.

Não se assuste ao ver a angústia nestas faces.

A profundidade de nossas testas anciãs.

Não se assuste ao ouvir a potência do grito da nossa juventude.

Não se assuste ao ver o tamanho da coragem no peito de nossas mulheres.

O que nos preocupa não é a morte. Está, nos conhece de perto.

Morte e vida são parte dessa serpente que transita sobre a terra, dentro das águas e na copa das árvores mais altas.

O que nos preocupa não é a morte. É a covardia de quem tenta dominar o tempo indomável. Mesmo sabendo que seu modo de viver, contando vinténs, está em decadência.

O que nos preocupa é a doença daqueles que lucram sobre nossas mortes.

Não há mais tempo para vocês.

Seu agronegócio vai arder em fogo, no fogo do veneno da serpente.

Não haverá integração forçada nunca mais!

Somos sujeitos históricos, somos cidadãos de direitos, somos nossos próprios representantes, aldeamos a política e vamos demarcar o Brasil.

**Nosso Marco
é Ancestral.
Sempre
estivemos aqui.
E sempre
estaremos aqui!**



NOSSO MARCO
É ANCESTRAL

SEMPRE
ESTIVEMOS
AQUI



Foto: Lia Bianchini

NOSSO MARCO
É ANCESTRAL
SEMPRE
ESTIVEMOS
AQUI

O Acampamento Terra Livre (ATL) 2024 celebra um marco significativo de 20 anos de mobilização indígena, enquanto homenageamos os mais de 500 anos de resistência e luta contínua pelos direitos e territórios dos povos originários do Brasil.

“Nosso Marco é Ancestral. Nós sempre estaremos aqui!” ressoa como um compromisso inabalável com a defesa dos direitos indígenas, enraizado na sabedoria e nas tradições transmitidas por nossos antepassados ao longo das gerações. Enfrentamos novos desafios, mas permanecemos firmes, prontos para proteger nossas terras e as futuras gerações.

Desde os primeiros dias da colonização, nossos povos enfrentaram o genocídio, o roubo de terras e a exploração. Armados com a força de nossos ancestrais, defendemos nossas vidas, línguas e culturas contra todas as formas de violência. Cada geração reafirma o compromisso com a luta pela vida e contra o genocídio, consolidando alianças e formas de organização que fortalecem nossa resistência.

Ao celebrarmos os 20 anos do Acampamento Terra Livre, também lembramos dos 60 anos do Golpe Militar, um período que intensificou a violência contra os povos

indígenas e ampliou o roubo de nossos territórios. As origens agrárias de invasões das terras ainda impactam nosso presente, moldando nossa resistência ancestral contra as violências históricas que persistem até hoje.

Durante séculos, enfrentamos a catequese forçada e a assimilação imposta durante o regime militar, que desestruturou comunidades inteiras e perpetuou um ciclo de violências, marginalização e discriminação. No entanto, nossa resistência ancestral enfrenta essas violações, lutando pela autonomia e pelo reconhecimento de nossos direitos.

O 20º ATL, realizado de 22 a 26 de abril em Brasília (DF), marca uma trajetória histórica, ocorrendo em um momento crucial após a derrubada da tese do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF) e a aprovação inconstitucional da lei nº 14.701/2023 pelo Congresso Nacional, que legalizou a tese e diversos crimes contra os povos indígenas no ano passado.

O enfrentamento ao Marco Temporal foi um dos temas centrais do ATL, refletindo as crescentes violências contra os povos indígenas. Desde a aprovação da lei nº 14.701, no dia 14 de dezembro até o mês de abril, 9 lideranças indígenas foram assassinadas, e foram mapeados 23 conflitos em territórios localizados em sete estados. Essas preocupações são agravadas pela paralisação das demarcações de terras indígenas e outras medidas que afetam diretamente os direitos dos povos originários.

Coordenado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas sete organizações regionais de base, o ATL é a maior mobilização indígena do Brasil, alcançando a expectativa de que esta edição fosse a mais participativa da história, tanto em número de pessoas quanto em representatividade de povos, promovendo debates e união nas assembleias sobre os próximos caminhos.

Memória

A Revista do ATL 2024 traz o registro e memória da mobilização histórica, representando não apenas um encontro anual, mas uma manifestação contínua de nossa determinação em afirmar nossa presença, nossa identidade e nossos direitos como Povos Indígenas. Neste ano especial, reafirmamos nossa luta constante e permanente por justiça, respeito e dignidade para todos os Povos Indígenas do Brasil.

Ao longo das próximas páginas são apresentadas as reflexões, debates e perspectivas que envolveram o acampamento.

No capítulo “Construindo Memórias: A Trajetória do 20º Acampamento Terra Livre”, é apresentada a exposição da Trajetória do Movimento Indígena, debatida, elaborada e produzida pela APIB através da Comissão da Trajetória do ATL. A exposição contou com uma instalação física construída na frente da Plenária Principal, onde os participantes puderam percorrer as curvas do tempo da luta e resistência indígena no Brasil e do histórico de todas as edições do Acampamento Terra Livre.

No capítulo “20º Acampamento Terra Livre”, são apresentados os resumos dos debates, plenárias, atividades, agendas e atos realizados durante os 5 dias de mobilização. A programação do ATL 2024 foi desenvolvida em conjunto

com as organizações regionais integrando as mobilizações do “Abril Indígena” e “Abril Vermelho”, fortalecendo ações no mês de lutas de forma conjunta com outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com o objetivo de salvaguardar e também homenagear o esforço de organizar e produzir o ATL, o capítulo “Comissões, organização, produção e espaços do acampamento” apresenta a metodologia utilizada para a construção da maior mobilização indígena do Brasil. Através de suas 15 comissões estratégicas, e do envolvimento direto de mais de 400 pessoas em sua produção, o 20º Acampamento foi capaz de recepcionar mais de 8 mil pessoas de mais de 200 povos indígenas de todas as regiões e biomas do Brasil, gerar um alcance de mais de 2,5 milhões de pessoas nas redes sociais e provocar a publicação de 2.666 matérias difundidas em 32 países, além do Brasil.

Esperamos que ao folhear e disfrutar da Revista do ATL 2024 seja possível sentir a vibração de nossos maracás e cantos que ecoam pelos ares de Brasília, percorrendo o Brasil a fora. Que esta possa ser fonte da memória e da contínua trajetória de luta e reafirmação dos Povos Indígenas do Brasil.

**Nosso Marco
é Ancestral.
Sempre
estivemos aqui.
E sempre
estaremos aqui!**





Foto: Than Pataxó

CONSTRUINDO MEMÓRIAS:

A Trajetória do 20º Acampamento Terra Livre

A construção do 20º Acampamento Terra Livre (ATL) foi um processo de profunda reflexão e engajamento, marcado pelo debate sobre a história e trajetória de resistência dos povos indígenas ao longo de mais de 500 anos. Esse processo se iniciou em outubro de 2023, quando foi realizado o Encontro Estratégico da Comunicação da APIB, que contou com a participação de todos os representantes da estrutura de governança da APIB. Participaram diretamente os Coordenadores Executivos da APIB, representações das organizações de base e de todos os setores internos da APIB.

O encontro foi realizado na Escola Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, São Paulo. O espaço e prática pedagógica da ENFF, construída a partir da perspectiva do Movimento Sem Terra, acolheu os debates, reflexões e as trocas do encontro da Comunicação APIB.

Durante o debate dedicado sobre o ATL 2024, as lideranças indígenas reunidas enfatizaram



Foto: Caio Mota



Foto: Tukumã Pataxó

a importância de celebrar não apenas os 20 anos de mobilização indígena em Brasília, mas também os séculos de luta contra o genocídio e a usurpação de terras. O tema escolhido, “Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui!”, ecoa o compromisso inabalável com a defesa dos direitos indígenas, inspirado na sabedoria transmitida por nossos antepassados.

A metodologia adotada utilizou inicialmente a linha do tempo como uma ferramenta para reconstruir o histórico e a trajetória de resistência do movimento indígena. Reconhecendo as limitações de produzir memória através de uma ‘linha do tempo’, as lideranças debateram criticamente a representação unidirecional da história, evocando a perspectiva da “Cobra do Tempo” e a importância de abordar a luta indígena não como uma progressão linear, mas como um túnel de memórias que conecta passado, presente e futuro.

Além disso, as lideranças ressaltaram a necessidade de registrar e preservar a memória das lutas indígenas, reconhecendo suas conquistas e momentos históricos, independente de suas formalidades. A construção dessa memória também deveria refletir as diversas realidades regionais e a riqueza das culturas indígenas, com base na escuta ativa dos anciãos e anciãs, que são guardiões do passado e do futuro.

Com o propósito de se dedicar à construção da memória e da perspectiva histórica que

permeou o 20º ATL, foi criada a Comissão da Trajetória como um espaço fundamental para unificar e compartilhar essas histórias, de forma a envolver todas as organizações regionais e destacando a resistência local de cada região.

A Comissão escutou lideranças históricas nacionais e regionais, consultando também cada organização regional para a construção conjunta da memória e trajetória de resistência e luta.

A partir da perspectiva do serpentear do tempo e do caminho sinuoso do rio da luta, a identidade visual deste ano foi desenvolvida tendo a “Cobra do Tempo” como elemento orientador. A partir da obra do artista indígena Denilson Baniwa, a Comunicação APIB desenvolveu a proposta visual que animou e percorreu o ATL 2024.

Neste contexto, o 20º ATL não apenas celebra uma data histórica, mas reafirma o compromisso duradouro dos povos indígenas em preservar suas tradições, culturas e territórios, ecoando a sabedoria dos ancestrais que guiaram nossa luta.

Convidamos aqueles que, como nós, vivem o tempo milenar, a percorrer as páginas de nossa trajetória ancestral, em que cada desenrolar dessa serpente do tempo, reforçamos nossa unidade na conquista das demarcações e da proteção dos territórios indígenas.



Foto: Than Pataxó



Foto: Than Pataxó

NOSSO MARCO É ANCESTRAL. SEMPRE ESTAREMOS AQUI!

A luta do ATL continua, ecoando a voz ancestral dos nossos povos que ressoa através das gerações. Reafirmamos que **SEMPRE ESTAREMOS AQUI!** Nosso compromisso com a defesa dos direitos indígenas é inabalável. Enquanto enfrentamos novos desafios, permanecemos enraizados nas tradições e na sabedoria de nossos antepassados, prontos para proteger nossa terra e a vida das futuras gerações. A jornada é longa, mas nossa presença é contínua e nosso espírito, eterno.



RAÍZES DE LUTA E RESISTÊNCIA

Trajatória da luta pela vida contra o Genocídio Indígena

No percurso das Raízes de Luta e Resistência vamos enfatizar que ao longo da história brasileira, nós, povos indígenas, enfrentamos o genocídio, o roubo e a exploração de nossas terras. Armados com a força de nossos ancestrais, defendemos nossas vidas,

territórios, línguas e culturas contra todas as formas de violência. “Nosso Marco é Ancestral, nós sempre estivemos aqui!” é um grito de resistência que ecoa através dos séculos. Essa trajetória não apenas reflete a resiliência indígena, mas também a importância das alianças e das nossas diferentes formas de organizações indígenas formadas ao longo de mais de 524 anos. Cada geração reafirma o compromisso com a luta pela vida e contra o genocídio. Aqui nestes corredores destacamos momentos importantes da nossa luta constante, contínua e permanente pelos nossos direitos.



DA INVASÃO COLONIAL À RESISTÊNCIA ANCESTRAL!

O Brasil tem suas raízes marcadas por séculos de conflitos e violências, resultado do colonialismo que se estendeu ao ruralismo e ao agronegócio. Este ano, enquanto celebramos 20 anos do Acampamento Terra Livre, também lembramos dos 60 anos do Golpe Militar, que aprofundou a violência contra os povos indígenas e ampliou o roubo de nossos territórios para concentrar nossas terras nas mãos de algumas poucas famílias.

É fundamental reconhecer como as origens agrárias da usurpação de terras continuam impactando o presente e moldando nosso futuro, reforçando nossa resistência ancestral que persiste apesar das violências históricas.

A catequese forçada durante o período colonial visava extinguir a cultura e espiri-

tualidade indígena, impondo valores estranhos às comunidades originárias. Durante o regime militar, entre as décadas de 1960 e 1980, a violência contra os povos indígenas se intensificou. O governo impôs políticas de integração forçada, visando assimilar os indígenas à cultura dominante, muitas vezes arrancando-nos de nossas terras ancestrais para reservas ou áreas de colonização. Essas medidas resultaram em sérios danos sociais e culturais, desestruturando comunidades inteiras e perpetuando um ciclo de marginalização e discriminação que perdura até os dias atuais.

A violência da assimilação forçada deixou marcas profundas nas sociedades indígenas, desafiando nossa resistência ancestral e nossa luta contínua pela autonomia e reconhecimento de nossos direitos.



Foto: Paulo Roberto Jares Martins

PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS SOBRE DIREITOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA.

1680

Alvará Régio: estabeleceu que os indígenas são donos de suas terras em aldeamentos e estabeleceu o roubo de terras indígenas como crime.

1850

Lei de Terras: confirmou que as terras ocupadas pelos indígenas não são devolutas, ou seja, que os indígenas são donos originários de suas Terras.

1834

Primeira Constituição: cita os Direitos Indígenas. “Art. 129 – Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.”

1969

Reforma Constitucional: reconheceu aos indígenas o direito ao usufruto exclusivo de suas Terras e determinou a extinção dos processos judiciais que reivindicavam a posse de terras indígenas, sem direito a indenização para os ocupantes.



Artigo 231 da Constituição:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Artigo 232:

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

1988

CONSTITUINTE INDÍGENA

A refundação da democracia brasileira derrotou a política integracionista dos militares, que arrancou os povos de seus territórios e obrigou indígenas a se tornarem seus próprios torturadores. Hoje, lutamos pela justiça e reparação aos crimes da ditadura e para que esta memória viva não permita que tais atrocidades se repitam.

Durante o processo de construção da Constituição de 1988, os direitos indígenas receberam uma atenção fundamental, graças à nossa força de mobilização e luta. Este marco reconhece os nossos direitos fundamentais e também a nossa identidade coletiva enquanto povos, o que representa uma vitória significativa dentro da nossa luta por direitos.

Além do direito à terra, lutamos para assegurar o respeito à especificidade cultural dos povos indígenas, reconhecendo nossa organização social, línguas, costumes e tradições e, principalmente, nosso direito de permanecermos indígenas.

Esta abordagem foi fundamental porque consolidou a base legal para nossa luta por autonomia e reconhecimento, permitindo uma maior mobilização e defesa dos povos no cenário político nacional. O impacto dessa conquista vai além do reconhecimento legal. Influencia diretamente na formação da nossa identidade política indígena, fortalecendo nossa cidadania ativa enquanto povos.

Integração forçada nunca mais! Somos cidadãos de direitos, somos nossos próprios representantes, aldeamos a política e vamos demarcar o Brasil.

1967

Criação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)

1973

Promulgação do Estatuto do Índio

1989

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT): tratado internacional reconhecido pelo Brasil, que estabelece diretrizes para a proteção dos direitos indígenas, em especial o direito à consulta livre, prévia e informada.

1992

Convenção da Diversidade Biológica foi assinada no Rio de Janeiro. O texto realça conhecimentos tradicionais de povos indígenas e tradicionais e sua participação nos benefícios.

2007

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas: documento adotado pela Assembleia Geral da ONU, que estabelece um padrão universal para a sobrevivência, dignidade, bem-estar e direitos dos povos indígenas do mundo. Ela reconhece uma ampla gama de direitos básicos, incluindo direitos à terra, educação, saúde, cultura, e a preservação de suas instituições e tradições.

2012

No Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de julho de 2012, a presidenta da República assinou o Decreto nº 7.747, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012.

2015

Instituído o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), um órgão consultivo que visa promover a participação dos povos indígenas na formulação de políticas públicas que os afetam.





NOSSA UNIÃO

Ao longo dos tempos, os povos indígenas no Brasil desenvolveram uma compreensão crescente de nossas pautas comuns. Regionalmente, começamos a unificar esforços para defender territórios e direitos específicos. Nacionalmente, a articulação entre diferentes povos fortaleceu a luta por políticas públicas diferenciadas.

A construção de alianças regionais e nacionais foi fundamental para a unidade e fortalecimento do movimento indígena. A partir do entendimento das pautas comuns e da necessidade de enfrentar desafios em conjunto, criamos estratégias, iniciativas e organizações que deram base à articulação política nacional.



1979

A *Grande Assembléia do povo Guarani (ATY GUASU)* é a organização mais antiga do movimento indígena, tendo iniciado sua atuação durante os anos 1970, no estado do Mato Grosso do Sul e sendo uma importante força de articulação dos povos Guarani e Kaiowá na recuperação e defesa de suas tradicionais terras indígenas, Tekoha. O surgimento da Aty Guasu aconteceu para fazer frente ao processo sistemático de genocídio e à expulsão forçada de famílias dos seus territórios tradicionais. Esse processo de organização tem proporcionado a reivindicação da demarcação das terras, gerado denúncias e caminhos para soluções dos problemas dos Guarani e Kaiowá.

ANOS 80

- ▶ Comissão Leste-Nordeste, articulação que levou à criação da *APOINME*
- ▶ Comissão Indígena da Amazônia, articulação que levou à criação da *COIAB*

1989

Criação da *União Nacional Indígena (UNI)*



1989

A *Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)* foi fundada, em 19 de abril de 1989, no mesmo dia que se comemora 'O Dia dos Povos Indígenas'. A Coiab surgiu da articulação de lideranças para promover uma auto representação na luta por direitos. Somos o resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos, em um cenário de transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil após a Constituição Federal de 1988. A Coiab está unida na missão de promover a articulação política e o fortalecimento das organizações indígenas, que compõem a rede Coiab nos nove estados da Amazônia Brasileira e está articulada com uma grande rede composta por associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores, estudantes indígenas, e subdividida em 64 regiões de base na Amazônia brasileira.

ANOS 90

Articulação da União Nacional Indígena do Sul (UNISUL), também fortalecendo as retomadas no Sul



1990

A *Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)* é uma Organização Indígena criada em 1990 para fortalecer as lutas por direitos dos povos indígenas, que vivem nos 10 estados situados na região de abrangência da organização. Com mais de 30 anos de existência, atuamos junto a uma população constituída por mais de 520 mil indígenas, de cerca de 70 Povos, que vivem em mais de 130 territórios. Trabalhamos para garantir que nossos povos tenham sua autodeterminação e controle territorial respeitados. Exigimos que o Estado brasileiro assegure os nossos direitos para que possamos viver de acordo com nossas formas próprias de organização social e que as ações de retomada das nossas Terras sejam reconhecidas.

1992

Criação da Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (*CAPOIB*)



2005

A *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)* é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo pra cima. Ela aglutina nossas organizações regionais indígenas e nasceu com o propósito de fortalecer a união de nossos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas. APIB foi criada pelo movimento indígena no *Acampamento Terra Livre* de 2005. O ATL é a nossa mobilização nacional, realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações



2006

► A *Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)* é uma organização indígena que congrega coletivos do povo guarani das regiões Sul e Sudeste do Brasil na luta pelo território. O ato de fundação da Comissão foi uma grande assembleia, ocorrida em 2006, onde estiveram presentes mais de 300 lideranças políticas e espirituais na Aldeia Peguaty (no Vale do Ribeira/SP). Desde então, a CGY vem se apoiando nos modos próprios de organização guarani, onde se escuta os anciões e as lideranças para definição das estratégias de ação política na luta por direitos. A missão da Comissão Guarani Yvyrupa é articular nacionalmente a luta dos povos Guarani da região Sul e Sudeste do Brasil pela recuperação de parte do território que nos foi usurpado desde a invasão europeia. O principal enfoque é a demarcação das terras, necessária para a manutenção das vidas e da cultura tradicional. As atividades focam a articulação política.



► A *Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpínsul)* é uma organização indígena que tem a missão de articular e representar politicamente os povos indígenas da região Sul do país, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Charrua, Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng são os povos que vivem na região de atuação da articulação. Fundada no ano de 2006, a organização pretende lutar pela demarcação das Terras Indígenas dos povos da região Sul e fortalecer a resistência contra a crescente ameaça e violên-

cia cometidas contra os povos indígenas. Existem 106 terras indígenas da região e mais de 80 mil indígenas vivem no sul do Brasil. A ArpinSul promove ações de valorização e divulgação das culturas indígenas. O enfrentamento ao racismo é uma luta diária da organização, assim como o combate à vulnerabilidade social em termos de garantia a direitos básicos como: terra, saúde, alimentação e educação.

2007

Criação da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (**ARPINPAN**)

2009

Criada em outubro de 2009, a **ARPINSUDESTE** representa os Povos Indígenas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Seus objetivos são articular e defender os interesses e direitos dos povos indígenas da região Sudeste, promovendo prioritariamente o direito à demarcação das Terras Indígenas, o desenvolvimento sustentável, educação diferenciada, saúde, valorização da identidade, cultura e organização social própria de cada povo indígena, além do respeito ao meio ambiente. A ARPINSUDESTE atua de forma articulada com os caciques, lideranças, associações locais e com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo (CEPISP).

2012

O **Conselho do Povo Terena** foi constituído em 2012, e se localiza no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Desde a Guerra do Paraguai os povos indígenas do pantanal não se reuniam. Após 177 anos, as lideranças terena se reúnem juntamente com representantes do povo Guarani, Kaiowá e Kinikinau na terra indígena Taunay/Ipegue, na aldeia Imbirussú nos dias 01, 02 e 03 de junho de 2012 e fundaram a organização. O Conselho é uma organização tradicional indígena formada por lideranças indígenas que nos últimos anos fizeram o enfrentamento na luta pela demarcação de suas Terras, em MS. Além das grandes assembleias, o Conselho Terena tem atuado na defesa judicial dos direitos dos povos indígenas. A como objetivo geral congrega os caciques, lideranças de retomadas, rezadores, mulheres e a juventude indígena em torno da luta pelo território tradicional.





Foto: Jacqueline Lisboa

DIGA AO POVO QUE AVANÇE!

Neste momento de ataques crescentes aos nossos direitos e territórios, reafirmamos nosso compromisso com a luta pela justiça social, ambiental e cultural. Exigimos o respeito à nossa autonomia e autodeterminação coletivas, o reconhecimento de nossos direitos territoriais e a garantia de acesso a serviços públicos de qualidade, como saúde e educação diferenciada.

Hoje, mais do que nunca, é fundamental que estejamos unidos e organizados para enfrentar os desafios que temos pela frente. O futuro dos povos indígenas, da humanidade e do planeta está em jogo, e a solução é a demarcação e proteção de nossos territórios, a efetivação de políticas públicas diferenciadas e a ação coletiva para garantirmos o bem-viver para as gerações presentes e futuras.

Nós, Povos Indígenas, estamos aqui para lutar e resistir. Nossa voz é nossa arma, nossa espiritualidade é nossa força, e nossa união é nossa esperança.

Nós nos comprometemos em manter viva a chama da luta e fortalecer nossas alianças.

Convocamos todos os povos indígenas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, cidadãos e cidadãs comprometidos com a justiça e a igualdade a se unirem a nós nessa luta. É hora de fortalecer nossa resistência, ampliar nossa mobilização e defender nossos direitos com determinação e coragem.

Avançaremos!



ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

*Trajetória da maior
mobilização indígena
do território brasileiro.*



Fotos: Guto

A partir de agora, você mergulhará em um fragmento da história da maior mobilização indígena do território brasileiro: o Acampamento Terra Livre (ATL). Desde sua concepção, o ATL tornou-se o palco principal de uma grande assembleia dos povos. Reúne as vozes e vivências de indígenas de todas as regiões e biomas do país. Neste espaço de união, luta e resistência, reafirmamos nossa identidade e tecemos as estratégias para superar os desafios que nos são impostos.

As páginas que você irá percorrer não pretendem ser uma linha do tempo convencional, pois a trajetória do ATL é viva, contínua

e se constrói com inúmeros esforços. A exposição exposta a seguir é uma tentativa de narrar essa jornada sempre em construção. Aqui, você não encontrará apenas histórias do passado, mas também inspirações para os próximos passos do nosso movimento indígena.

Faça essa caminhada com o coração aberto, pise neste chão e sinta a força da nossa ancestralidade. Junte-se nesta luta e resistência que, embora repleta de desafios, é protegida por nossos encantados.





ABRIL INDÍGENA

**Abril de 2004 | Brasília, DF
150 participantes**

O primeiro Acampamento Terra Livre foi fundado em abril de 2004. O então “Dia do Índio”, hoje atualizado para “Dia dos Povos Indígenas”, fazia parte do contexto que motivou a escolha do período da mobilização, representando um marco crucial na luta pelos direitos dos povos indígenas do Brasil.

Sendo convocado como Abril Indígena, o primeiro acampamento foi realizado no início do segundo ano do primeiro mandato de Lula, diante da dificuldade do cumprimento dos compromissos firmados com o presidente. Diversos povos e organizações das regiões Sul, Nordeste e Norte se reuniram em Brasília para cobrar o atendimento de nossas demandas políticas e lutar pela garantia de direitos territoriais e políticas públicas diferenciadas.

A tão almejada nova Política Indígena à época havia ficado no papel e o tratamento dado aos direitos indígenas teve a marca da indiferença e do desrespeito, quando não de retrocesso. Aumentaram os atos de violência, o assassinato de lideranças, a paralisia na regularização das Terras Indígenas, a situação de caos no atendimento à saúde indígena, a falta de implementação da educação escolar diferenciada, e a não consolidação de Programas de proteção, gestão e sustentabilidade das terras indígenas.

Diante dessa situação, os povos indígenas firmaram a unidade e aliança em luta, conectando a diversidade dos mais de 300 povos, com línguas e costumes diferentes.





APIB

Abril de 2005 | Brasília, DF
150 participantes

Durante a segunda mobilização, em 2005, foi compreendida pelas lideranças a importância de ter uma representação nacional da luta indígena que avançasse com a incidência das demandas do movimento definidas no acampamento. **Em novembro de 2005 foi fundada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**, promovendo um avanço crucial para a representatividade e o poder político dos indígenas, unindo organizações regionais em uma frente nacional.

Este movimento fortalece o diálogo e a pressão sobre o governo e a sociedade, evidenciando a capacidade de resistência, organização e mobilização dos povos indígenas na luta por seus direitos. A APIB e o ATL são expressões concretas da evolução e determinação desse movimento que representa a união entre os povos de todas as regiões e biomas do Brasil.



TERRA LIVRE

Abril de 2006 / Brasília, DF
200 participantes

Em 2006, no contexto de debates sobre a demarcação de terras como um direito, não apenas um benefício, a **mobilização nacional do Abril Indígena consolidou-se no seu terceiro ano com o nome: “Acampamento Terra Livre”.**

Naquele ano, os direitos territoriais indígenas ainda eram frequentemente sobrepostos por pressões políticas, especialmente em estados como Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia e Mato Grosso do Sul. A desintrusão das terras não ocorria, intensificando ameaças e violências contra os povos, exemplificado nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e Caramuru-Paraguassu. Além disso, houve uma piora no atendimento à saúde e críticas à municipalização da gestão da saúde indígena, além de demandas por melhorias na educação indígena e a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

ATL NAS CURVAS DO TEMPO

Ao longo de duas décadas, o Acampamento Terra Livre (ATL) tem representado um processo contínuo e dinâmico na luta dos povos indígenas, realizado anualmente como o espaço de deliberação e orientação da APIB.

Como o curso de um rio, a trajetória do movimento não segue uma linha reta, mas serpenteia através de complexidades e desafios. Cada encontro do ATL reflete um novo capítulo na defesa dos direitos indígenas, na articulação de estratégias e na mobilização pela união das lutas. Nos próximos anos do ATL, destacamos a natureza evolutiva do movimento, no fortalecimento e construção das organizações regionais e demonstrando que a luta indígena está sempre em curso!



Acesse a primeira revista do ATL:



Imagens: Egon Heck (CIMI)

2007

SAÚDE E EDUCAÇÃO, PRECISAMOS DE DEMARCAÇÃO!

Abril de 2007 | Brasília, DF | 400 participantes

Em 2007, o movimento indígena denunciou a paralisação na demarcação das Terras, levando a invasões e conflitos. Houve problemas na saúde e educação devido à falta de estrutura e apoio adequado. O movimento alertou sobre esforços anti-indígenas no Congresso e criticou a falta de apoio do governo para o Estatuto dos Povos Indígenas.



Imagens:Hegon Heck (CIMI)

2008

DESAFIOS E RESISTÊNCIA: O IMPACTO DA VIOLÊNCIA SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS

Abril de 2008 | Brasília, DF | 500 participantes

Os povos indígenas exigem a demarcação e regularização de suas terras, garantindo proteção contra invasões que ameaçam sua integridade física e cultural. Destacam a necessidade urgente de proteger as terras Guarani, Kaingang, Xetá, Xokleng e a conclusão da desinvasão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Denunciam as ameaças decorrentes de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), afetando territórios indígenas com infraestruturas e empreendimentos prejudiciais, exigindo políticas urgentes para conter a violência e criminalização de suas lideranças.



Imagens: ARPINSUL / Acervo do CIMI

2009

DIREITOS ATROPELADOS! FIM DO SEGUNDO MANDATO DE LULA E NOSSOS DIREITOS VIOLADOS!

Abril de 2009 | Brasília, DF | 800 participantes

No segundo mandato do Governo Lula, os povos indígenas intensificaram suas reivindicações pela efetivação de direitos constitucionais, focando na demarcação de territórios. Em 2009, exigiram que o governo resistisse às pressões de setores que viam os indígenas como ameaças ao desenvolvimento nacional. Criticaram projetos prejudiciais às suas terras e sobrevivência, sem consulta prévia, livre, informada e de boa fé, conforme a Convenção 169 da OIT, e denunciaram a flexibilização da legislação ambiental que facilita grandes empreendimentos.



Imagens: Hego Heck (CIMI)

2010

BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS, DE MATO GROSSO DO SUL E DO BRASIL!

Abril de 2010 | Campo Grande, MS | 800 participantes

No último ano do Governo Lula, o ATL ocorreu pela primeira vez fora de Brasília, em Campo Grande, refletindo os conflitos do Povo Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul. O documento final exigiu ação estatal para resolver esses conflitos e pediu a criação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). Criticou fortemente o PAC por seus impactos socioambientais nas Terras Indígenas e reprovou a reestruturação da FUNAI, feita sem consultar os Povos Indígenas.



Fotos: Bruno Pacheco

2011

DESAFIOS E DEMANDAS: O APELO DOS POVOS INDÍGENAS NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Abril de 2011 | Brasília, DF | 1000 participantes

No primeiro ano do governo Dilma Rousseff, o ATL demandou diálogo conforme a Convenção 169 da OIT para barrar o avanço de grandes projetos de infraestrutura do PAC que ameaçam os territórios indígenas. Criticou a criminalização de lideranças indígenas, com 748 presos, e a reestruturação da FUNAI, que paralisou a demarcação de terras. Exigiu uma FUNAI que proteja os interesses indígenas, não os econômicos, e alertou para os riscos socioambientais com as alterações no Código Florestal.



Imagens :Hegon Heck (CIMI)

2012

REPÚDIOS E PROPOSTAS: VOZES INDÍGENAS NA CÚPULA DOS POVOS DE 2012

Abril de 2012 | Rio de Janeiro, RJ | 1500 participantes

Durante a Cúpula dos Povos em 2012 no Rio de Janeiro, o ATL apresentou repúdios e propostas. Criticaram a mercantilização da natureza, a redução de territórios indígenas e as falsas soluções ambientais, além de repudiar a violência e impunidade contra lideranças indígenas. Propuseram a proteção dos direitos territoriais, o fim da criminalização das lideranças, e a garantia de consulta conforme a Convenção 169 da OIT. Pediram ainda políticas específicas de saúde e educação respeitando a diversidade cultural.



Imagens :Hegon Heck (CIMI)

2013

ANÁLISES DE RESISTÊNCIA. NOSSA POSIÇÃO E LUTA!

Abril de 2013 | Brasília, DF | 2000 participantes

No ATL 2013, os povos indígenas analisaram ameaças aos seus direitos e territórios, destacando ações para impedir a demarcação e reverter processos já concluídos, além de explorar terras demarcadas. Denunciaram o uso de instrumentos políticos, administrativos e legais por poderes econômicos e políticos para violar seus direitos. Eles repudiaram essas ações e reafirmaram a luta contra quaisquer retrocessos na garantia de seus direitos históricos.



Foto: Rafael Vilela / Mídia Ninja

2014

CARTA PÚBLICA AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA!

Abril de 2014 | Brasília, DF | 2000 participantes

Em ano eleitoral, o movimento indígena redigiu a “Carta pública aos candidatos à presidência”, exigindo a demarcação e proteção das terras indígenas, a rejeição de iniciativas anti-indígenas no Congresso, e o avanço de legislações como o Novo Estatuto dos Povos Indígenas. Exigimos a implementação do Subsistema de Saúde Indígena (Sesai), acesso contínuo à educação diferenciada, e participação em conselhos culturais. Foi reivindicado o fim da criminalização de lideranças e recursos adequados para políticas indigenistas.



Fotos: Bruno Pacheco de Oliveira

2015

APELO POR DEFESA E PROTEÇÃO E AS AMEAÇAS DA PEC 215

Abril de 2015 | Brasília, DF | 2500 participantes

Cerca de 150 lideranças indígenas, reunidas em Brasília para o Seminário de Formação da I Conferência Nacional de Política Indigenista, expressaram preocupação com violações de direitos, principalmente territoriais. Exigimos a homologação de terras indígenas pendentes e a publicação de portarias e relatórios paralisados. A luta contra legislações anti-indígenas também marcou a mobilização de 2015. Destacamos o PL 7735/2014 e a PEC 215/2000 como ameaças e reforçamos nossa articulação de intervenção junto ao Judiciário para proteger nossos territórios e direitos.



Foto: Paula Moraes / Mídia Ninja

Foto: Paula Moraes / Mídia Ninja

2016

O GOLPE E OS RETROCESSOS AOS NOSSOS DIREITOS

Abril de 2016 | Brasília, DF | 2500 participantes

Em 2016, frente ao golpe no Brasil, os povos indígenas enviaram uma “Carta pública ao governo interino de Michel Temer”, rejeitando qualquer retrocesso em seus direitos. Denunciaram tentativas do governo golpista de revogar avanços na saúde, educação, alimentação e moradia. Ressaltaram que, apesar de ações do Governo Dilma para demarcação de terras, nenhum governo cria terras indígenas, apenas as reconhece, e qualquer reversão é inconstitucional.



Fotos:Hegon Heck (CIMI)

2017

CONTRA O RACISMO INSTITUCIONAL E A CRIMINALIZAÇÃO DE LIDERANÇAS

Abril de 2017 | Brasília, DF | 3000 participantes

Após o golpe de Estado no Brasil, o Acampamento Terra Livre denunciou os danos aos Povos Indígenas causados pela ruptura democrática. Criticamos as ações do governo golpista de Michel Temer que desmantelou as políticas públicas essenciais como saúde e educação indígena, e a gestão de terras. O documento destacou o sucateamento da Funai e o avanço de legislações anti-indígenas, refletindo os interesses do agronegócio e outros setores, agravando o racismo institucional e a criminalização de lideranças indígenas.



Imagens: Acervo

2018

CRISE E CONSEQUÊNCIAS DO DESMONTE DELIBERADO DO ESTADO BRASILEIRO

Abril de 2018 | Brasília, DF | 3500 participantes

O direito originário dos povos indígenas à terra, garantido constitucionalmente, seguia sendo violado pelos três poderes do Estado, com a paralisação das demarcações e revisão de direitos territoriais. Ações judiciais, incentivadas pela tese do marco temporal, negavam justiça aos indígenas. O desmonte do Estado pela Emenda Constitucional 95 e a falta de políticas como a PNGATI pioraram essa situação, junto do aumento da violência e da criminalização das lideranças indígenas.



Fotos: Mídia Ninja

2019

RESISTÊNCIA CONTRA A POLÍTICA DE MORTE DO GOVERNO BOLSONARO

Abril de 2019 | Rio de Janeiro, RJ | 4000 participantes

No primeiro ano do Governo Bolsonaro, o 15º Acampamento Terra Livre destacou perdas para os Povos Indígenas, com a paralisação da demarcação de terras e aumento das invasões e violência por madeireiros, garimpeiros e pelo crime organizado nos territórios. Denunciaram a transferência da competência de demarcação para o Ministério da Agricultura e os desmontes nas políticas indígenas. Exigiram a revogação de normas prejudiciais e a interrupção de iniciativas anti-indígenas no Congresso, enfatizando a luta contra a tese do Marco Temporal, no STF.



2020

PRIMEIRO ATL ONLINE E AS EMERGÊNCIAS INDÍGENAS

Abril de 2020 | Virtual | 1.500.000 participantes

Durante a pandemia de Covid-19, o movimento indígena brasileiro promoveu a realização do ATL virtualmente, transformando o encontro no maior evento online do ano. O ATL focou em demandas por atendimento emergencial para conter a pandemia nos Territórios Indígenas e garantir segurança alimentar e de renda durante o isolamento social. Denúncias de invasões e ameaças, impulsionadas pelo discurso do presidente Bolsonaro, e críticas ao papel anti-indígena da FUNAI foram destacadas, além do apelo ao STF para rejeitar a tese do Marco Temporal. O ATL impulsionou a criação da campanha 'Emergência Indígena', que promoveu ações de ajuda humanitária em todo o país e promoveu o levantamento de informações sobre o avanço da pandemia entre os povos indígenas. O projeto de morte do Governo Bolsonaro foi denunciado pela APIB ao STF para que fossem garantidas as barreiras sanitárias, e que fossem distribuídas vacinas e cestas básicas nos territórios. Naquele ano, destacamos o reconhecimento da APIB pelo STF, que garantiu o acesso direto dos povos indígenas à principal corte do país.



2021

NOSSA LUTA AINDA É PELA VIDA. NÃO É APENAS UM VÍRUS!

Abril de 2021 | Virtual | 5.714.243 participantes

Em 2021, o ATL ocorreu virtualmente devido à continuidade da pandemia, focando nas denúncias ao Governo Bolsonaro e na luta pela vida dos Povos Indígenas, afetada pela Covid-19 e pelo racismo institucional. Mais tarde, a urgência das questões indígenas mobilizou mais de 6 mil pessoas em Brasília para a “Luta Pela Vida”, um protesto de 20 dias que coincidiu com a Segunda Marcha das Mulheres Indígenas. As ameaças legislativas e o julgamento do Marco Temporal pelo STF foram centrais nas manifestações.



Imagens: Acervo

2022

RETOMANDO O BRASIL: DEMARCAR TERRITÓRIOS E ALDEAR A POLÍTICA

Abril de 2022 | Brasília, DF | 8000 participantes

Após dois anos virtuais devido à Covid-19, o 18º Acampamento Terra Livre retorna presencialmente com o tema: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”. De 4 a 14 de abril, ocupamos Brasília, marcando o ano eleitoral e denunciando o governo genocida de Bolsonaro. Enfrentamos projetos que ameaçam nossas terras e vidas, com destaque para o PL 191/2020, que visa abrir Terras Indígenas para grandes explorações. Além disso, destacamos o julgamento do marco temporal no STF, fundamental para as demarcações das nossas terras.



Imagens: Acervo

2023

O FUTURO INDÍGENA É HOJE. SEM DEMARCAÇÃO NÃO HÁ DEMOCRÁCIA!

Abril de 2023 | Brasília, DF | 6000 participantes

Enfatizamos a demarcação de terras como crucial e foi durante o acampamento que conquistamos a assinatura da homologação de seis Terras Indígenas pelo presidente Lula. Apesar desses avanços, alertamos sobre a persistência da violência nos territórios. A recriação do CNPI e a criação do Comitê Gestor da PNGATI foram assinados também durante a mobilização, uma reivindicação do Movimento Indígena. A luta continuou, especialmente contra o Marco Temporal, que foi o principal foco de mobilização do ATL.

2024

**NOSSO MARCO É ANCESTRAL.
SEMPRE ESTIVEMOS AQUI.**

Abril de 2024 | Brasília, DF | 8000 participantes

Foto: Kamikia Kisedje





Foto: Than Pataxó

ATL | ACAMPAMENTO

TERRA LIVRE

2024

**NOSSO MARCO
É ANCESTRAL
SEMPRE
ESTIVEMOS
AQUI**



O Acampamento Terra Livre 2024 (ATL 2024), com o tema “Nosso Marco é Ancestral, Sempre Estivemos Aqui”, aconteceu em Brasília entre os dias 21 e 26 de abril de 2024, reunindo delegações de todo o Brasil. Este evento representou a maior mobilização indígena do país, contando com a participação de mais de 8 mil pessoas em um ambiente vibrante de troca cultural e resistência.

Durante o ATL 2024, uma variedade de atividades foi realizada, incluindo palestras, debates, rodas de conversa e apresentações artísticas que destacaram a diversidade e a riqueza cultural dos povos indígenas. Além disso, o acampamento foi um espaço crucial para discussões sobre temas fundamentais, como o Marco Temporal, demarcação de terras e preservação ambiental, refletindo as preocupações e reivindicações prioritárias da população indígena.

Este evento histórico fortaleceu os laços entre as comunidades indígenas, promovendo uma maior conscientização sobre suas lutas e conquistas. A seguir, confira um resumo dos acontecimentos de cada dia do ATL 2024.



21/04



Foto: Rochard Wera Mirim

ATL NO EIXÃO “SEMPRE ESTIVEMOS AQUI: ATL 20 ANOS!”

No dia 21 de abril, o dia de recepção das delegações indígenas ao 20º Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024, a APIB realizou um marcante ato e intervenção urbana no Eixão, uma das principais vias de Brasília. Esse dia especial foi cuidadosamente planejado para expressar a resistência e a cultura indígena através de diversas atividades e manifestações artísticas.

Durante o evento, a APIB realizou panfletagem e venda de itens do ATL, contribuindo assim para os recursos emergenciais do acampamento e para a divulgação de suas causas. Além disso, houve apresentações de toré e cantos indígenas, que ecoaram pelas ruas da capital, trazendo a vibração e a energia dos povos originários. A música ao vivo, a pintura e o artesanato indígena também foram destaque, proporcionando um ambiente rico em expressão cultural e arte.

O ato no Eixão, em Brasília, foi mais do que uma intervenção urbana; foi um momento de celebração e reafirmação da identidade indígena, ocupando espaços públicos com suas vozes e expressões únicas. Através da arte, da música e das tradições ancestrais, os participantes do ATL deixaram uma pode-

rosa mensagem de resistência, valorização e orgulho das culturas indígenas, inspirando todos aqueles que passaram pelo local a se engajarem na defesa dos direitos e da diversidade do povo indígena.

No acampamento, a noite foi ocupada com uma cerimônia especial de abertura e proteção foi conduzida pelo povo Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul. Rezadores, mulheres e jovens do povo se reuniram para realizar um rezo tradicional de proteção para a maior mobilização indígena do Brasil, que celebrava seus 20 anos de luta e resistência. Durante essa poderosa cerimônia, o povo Guarani Kaiowá trouxe suas energias e suas preces, envolvendo todos os presentes com sua espiritualidade e conexão com a natureza.



Foto: Apib / Aty Guasu



22/04



Foto: Than Pataxó

RESISTÊNCIA INDÍGENA

No primeiro dia do Acampamento Terra Livre 2024 (ATL 2024), as atividades iniciaram com as apresentações das diversas delegações indígenas, que trouxeram seus cantos e manifestações culturais para dar força ao início do evento. A coordenação executiva da APIB convocou a imprensa para a realização de uma coletiva, uma ação que faz parte do início da mobilização desde os primeiros ATLS.

Na parte da tarde, a plenária principal recebeu a primeira mesa de debate intitulada

“ATL 20 anos: ferramenta de luta política do movimento indígena”, que contou com a participação de coordenadores executivos da APIB, além de representantes regionais e coordenadores de outras organizações.

“Não é porque temos um governo eleito por nós, que agora vamos baixar a cabeça e deixar de reivindicar nossos direitos. Precisamos das políticas públicas que já estão atrasadas há anos e vamos lutar por elas”

Paulo Tupiniquim - Coordenador da APOINME.

Foto: Richard Wera Mirim





Fotos: Yañá Faria Terena e Than Pataxó

Mais tarde, a plenária continuou com a mesa “Anciãos, Anciãs e Juventude Indígena: Teias de Resistência e Fortalecimento da luta”, que buscou promover o diálogo entre as vozes dos anciãos e dos jovens que conduzem a luta indígena. Anciãos como Isabela Xokleng e representantes do povo Guarani Kaiowá trouxeram suas experiências e sabedorias ancestrais para inspirar e fortalecer a resistência dos participantes.

“Eu vim aqui para juntar forças. Para denunciar todo o descaso que acontece com nosso povo. Vim para juntar forças com nossos parentes, para vivermos em paz dentro do nosso território, vivendo do que é nosso e lutar por aquilo que é nosso”.

Anciã Isabela Xokleng, fala traduzida.

Ao final do dia, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) divulgou a carta “Vinte anos de Acampamento Terra Livre e urgência de ação”, que foi enviada aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, destacando a urgência nas demarcações de terras indígenas e a necessidade de retirada de propostas de emenda constitucional que ameaçam os direitos indígenas. A carta pode ser lida na íntegra nos anexos da revista.

A abertura da noite cultural foi com o lançamento do livro “Emergência climática: povos indígenas chamam para a cura da Terra”, de

autoria da nossa coordenadora executiva, Juliana Kerexu e da liderança feminina Cris Pankararu. A obra sistematiza as saídas que temos apontado para a emergência climática, desde ações desenvolvidas nos territórios até repensar a relação das pessoas com a natureza de forma mais profunda. O caderno da Semana dos Povos Indígenas 2024 trata do conceito e das consequências desse fenômeno, mostrando que todas as pessoas já estão sendo impactadas.



Foto: Richard Wera Mirim

Após o lançamento do livro, a Noite Cultural Indígena foi ocupada pela apresentação livre dos parentes e parentas acampados.

Durante os dias de ATL, ocorreram atividades nas Tendas Regionais com o objetivo de

expandir os temas abordados ao longo do acampamento.

No dia 22 de abril a tenda da APOINME contou com um diálogo entre mulheres indígenas e a mesa foi formada por lideranças indígenas de todo o Brasil. O intuito da atividade foi o de reforçar a importância da mulher na luta indígena.

“As mulheres indígenas estão em todo o processo de construção de políticas, ainda que não sejam valorizadas e reconhecidas, nesse sentido a ANMIGA surge como exercício de organização das pautas das mulheres indígenas que são duplamente invisibilizadas, a partir disso declarou “já passou da hora de termos nossas vidas e vozes representadas nos espaços de produção e efetivação de políticas e direitos, não sou delegado, sou delegada, representante e precisam me ouvir e respeitar como quem sou”

afirmou Elisa Pankararu.



Foto: Kamikia Kisedje

“Esse ano a COIAB fez 35 anos. Milhares dos nossos parentes tombaram, mas hoje cerca de 110 milhões de hectares demarcados, um terço do que um dia foi nosso. Temos muita luta ainda pela frente. Precisamos fortalecer nossa estrutura e seguir juntos para construir o futuro”

Toya Manchineri, coordenador geral da COIAB



Foto: Richard Wera Mirim

Na tenda da COIAB, o primeiro dia de acampamento contou com rodas de conversas sobre o cenário atual dos territórios indígenas da Amazônia e as estratégias da advocacia indígena na defesa de seus direitos.





23/04



Foto: Thiago Walker

DIREITOS INDÍGENAS NÃO SE NEGOCIAM

No segundo dia do 20º Acampamento Terra Livre (ATL), iniciamos com a impactante marcha #EmergênciaIndígena: “nossos direitos não se negociam”, um chamado vigoroso para a defesa dos direitos originários e a rejeição da lei inconstitucional da inversão da história. Essa mobilização foi um eco dos anseios urgentes das comunidades indígenas por demarcação e proteção de seus territórios, num momento marcado pela dolorosa perda da Pajé Nega Pataxó Hã-Hã-Hãe, vítima da violência em torno da retomada do território Caramuru-Paraguaçu, na Bahia.

A marcha teve início no Complexo Cultural Funarte, onde aconteceu a 20ª edição do Acampamento Terra Livre, e seguiu até a Praça dos Três Poderes. A marcha foi um protesto contra a Lei nº 14.701/2023 do Marco Temporal, caracterizada como o maior retrocesso aos direitos indígenas desde a redemocratização do país e que tem como consequência o derramamento de sangue indígena em todo o território brasileiro.

Apenas no primeiro mês da Lei a expansão do agronegócio e o arrendamento de terras para monoculturas e garimpo causaram 09

assassinatos de indígenas e 23 conflitos em territórios localizados em 07 estados e 05 biomas.

“Nosso território é nossa vida, estamos aqui para cuidar da terra, do meio ambiente, a terra para nós é sagrada, nós somos donos do Brasil, antes de chegarem aqui nós já estávamos com nossos cocares, nosso pé no chão, não vamos desistir”

Regiane Kaingang

“O ATL é a maior assembleia dos povos indígenas do Brasil, é o maior movimento dos povos indígenas do Brasil, e não tinha como nós, do sul do Amazonas, que lutamos há séculos por tudo que é de direito dos nossos povos, não estarmos aqui hoje. Então, nesses 20 anos de ATL, a gente veio lutando para que o nosso povo não perdesse a cultura, as tradições, que se mantivessem fortes e resistentes dentro do seu território, em busca de dar uma qualidade melhor de vida para os nossos povos, dentro do nosso território. Nós estamos aqui fazendo isso. Dizendo que existimos, que estamos resistindo e vamos existir”

Mabel Apurinã

A marcha culminou em um momento histórico no Congresso Nacional, onde cerca de 500 indígenas se reuniram para a sessão solene em celebração aos 20 anos do Acampamento Terra Livre, um marco indelével de resistência e conquistas na luta pela demarcação e proteção dos territórios e pela preservação dos direitos originários.

“A tese do Marco Temporal não se sustenta em pé, mas mesmo assim segue sendo sustentada pelos interesses de quem não tem comprometimento algum que não seja com o próprio lucro às custas da destruição do planeta. O que estamos vivenciando é uma profunda guerra nos territórios”

denunciou a deputada Célia Xakriabá em coletiva de imprensa antes da sessão.



Foto: Jhony Kopenoti

Durante a tarde, a programação seguiu com debates profundos sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas diante da aprovação do marco temporal. O coordenador jurídico da APIB, Maurício Terena, destacou a disputa entre os poderes da república, evidenciando a contradição entre a decisão do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade do marco temporal e a posterior aprovação da Lei nº 14.701/2023 pelo Congresso Nacional, dominado pelo ruralismo.



Foto: Yaña Faria Terena

A esperança de revogação dessa lei, defendida pelo STF em nome da constituição, é fundamental para o futuro não apenas dos povos indígenas, mas de toda a humanidade. Mais tarde, as guerreiras indígenas da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) conduziram a plenária “Mulheres Biomas na construção de agendas rumo à COP 30”, contando com a importante participação da deputada indígena @celiaxacriaba, que ressaltou a relevância de pautar o governo na COP 30 com uma política que respeite as culturas e identidades indígenas, sem perder a ancestralidade que molda sua luta e existência.

Foto: Richard Wera Mirim





Fotos: Lia Bianchini e Vincente BLXW

“É importante que nós mulheres indígenas possamos viver em territórios seguros, confiando em todas as pessoas que trabalham com a gente, vive com a gente”

Marinete Tukano, Rede Makira E'ta.

Na programação da Noite Cultural Indígena, Kleiton Lacerda, Milena Makuxi e Maipu Trumai animaram a noite com muita música e celebração da cultura indígena.



Foto: Richard Wera Mirim

Durante a tarde do segundo dia de acampamento, a tenda COIAB realizou plenárias voltadas para o bem-estar e emergência da saúde indígena e também debates sobre o Marco Temporal. Com participação das lideranças indígenas e abertas às falas do público da plenária, as mesas contaram com debates relevantes para a luta indígena.

“Os jovens indígenas estão se matando ou estão sendo conduzidos à morte, diante da ausência do estado e das políticas públicas para povos indígenas”

Emanuel Baniwa.

Na tenda APOINME, o tema da plenária do segundo dia foi a educação escolar indígena. O debate foi pautado nos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas em relação à garantia de seus direitos e ao seu processo de escolarização. O objetivo da plenária foi sistematizar um documento com as demandas sobre a educação indígena, documento que será enviado ao Ministério da Educação (MEC).

“Educação é um direito, mas tem que ser nosso direito”

Luciete Pankará



Foto: Sally Nhandeva



Foto: Thiago Walker



Foto: Kamikia Kisedje



24/04



Foto: Rodrigo Vázquez

POLÍTICAS PELO BEM VIVER INDÍGENA

No terceiro dia do 20° Acampamento Terra Livre, os debates e plenárias continuaram a marcar a agenda, abordando temas fundamentais para os povos indígenas e suas lutas históricas. O foco do dia foi na “Política pelo Bem Viver Indígena”, com a plenária principal centrada em discussões sobre Educação Escolar Indígena, Saúde Indígena e Saúde Mental, e a articulação internacional nas agendas do clima e da biodiversidade.

A plenária “Construindo Caminhos para uma Educação Escolar Indígena Efetiva - Desafios e Perspectivas”, que marcou o início dos debates no terceiro dia do Acampamento Terra Livre 2024, trouxe consigo uma moti-

vação fundamental para o futuro dos povos indígenas. Durante essa discussão crucial, líderes e representantes indígenas compartilharam desafios enfrentados e vislumbraram perspectivas transformadoras para a educação escolar indígena. Foi um momento de reflexão sobre a importância de garantir o acesso a uma educação que respeite e valorize as culturas, línguas e saberes ancestrais, fortalecendo assim a identidade e os direitos dos povos originários. A plenária reafirmou o compromisso de construir caminhos inclusivos e efetivos para uma educação indígena autêntica, capaz de promover o bem-estar e a autonomia das comunidades.

Uma das mesas importantes do dia foi a discussão sobre a AGSUS (Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde), na qual lideranças e especialistas indígenas abordaram os riscos e impactos negativos que essa agência pode trazer para a gestão da saúde indígena.

“Nós não somos contra a AGSUS, nós temos cuidado e ponderação quando há mudanças. A gente precisa discutir. Por isso que recomendamos para a AGSUS, juntamente com a Sesai, que façam o que



Foto: Kamiklia Kisedje



Fotos: Yaña Faria Terena e Richard Wera Mirim

eles não fizeram quando criaram a lei: que é dialogar com os povos indígenas. Infelizmente, foi uma lei criada sem o nosso consentimento”

Luiz Penha Tukano

Na tarde do terceiro dia, a plenária “Saúde Mental e Bem-Viver dos Povos Indígenas” continuou a abordar a importância do cuidado com a saúde mental das comunidades indígenas. Lideranças como Kretã Kaingang, coordenador executivo da Apib pela AR-PINSUL, e a deputada federal Célia Xakriabá participaram da mesa, destacando a necessidade de políticas e ações específicas para promover o bem-estar e o bem-viver dos povos indígenas. As discussões reafirmaram a importância de abordar questões fundamentais para a garantia dos direitos e da dignidade dos povos originários do Brasil.

“Atuamos em Roraima com 267 comunidades e falar sobre saúde mental e o bem-viver dos povos indígenas é um grande desafio. Porém, quando a gente fala de juventude, dentro do território indígena, é um desafio maior ainda, porque é ali dentro que está acontecendo o suicídio, a depressão, a ansiedade”

Raquel Wapichana

Além das discussões sobre saúde e políticas públicas, houve um encontro significativo com embaixadas de diversos países, onde foi apresentada a preocupação dos povos indígenas com grandes projetos de exploração de recursos em Terras Indígenas. O debate

ênfaticamente a necessidade de um desenvolvimento sustentável que respeite a vida e os territórios indígenas, rejeitando práticas que contribuam para a destruição ambiental e cultural.

“No Suriname não há direitos para os povos indígenas, no Brasil já temos, por mais que tenhamos muito que avançar. É importante pensar nos outros países e na luta conjunta dos povos indígenas.”

Kleber Karipuna



Foto: Kamikia Kisedje

Durante a noite cultural do terceiro dia do 20º Acampamento Terra Livre, foi realizada uma emocionante homenagem à Nega Pataxó e a todos que dedicaram suas vidas à luta indígena. Os participantes reafirmaram a exigência por justiça, demarcação imediata dos territórios e proteção aos povos indígenas do Brasil. Nega Pataxó era uma liderança espiritual e professora com uma relevante atuação junto aos jovens e mulheres indígenas.

nas, além de ser doutora em Educação por Notório Saber pela UFMG. O crime que resultou em sua morte é um duro exemplo da violência enfrentada pelos indígenas no país, com sobreviventes do ataque ruralista na Bahia relatando que a polícia abriu caminho para os fazendeiros matarem Nega Pataxó.



Foto: Lia Bianchini

Após a homenagem, o movimento dos indígenas LGBTQIA+ promoveu uma performance em pedido pelo fim do preconceito e de outras violências – tanto nas aldeias, quanto

Foto: Gabriel Karai Popygua



em contextos urbanos. O ato teve como tema principal a demanda das demarcações de terras indígenas.

Carregada de emoção, a intervenção artística iniciou com o cortejo guiado por uma mulher trans indígena, e seguido por outras pessoas, que carregavam velas com expressões de luto. Durante a encenação, a protagonista se tornou alvo de discursos de ódio, verbalizados aos gritos pelos atores. Nesse momento, a plenária principal do ATL estava lotada de espectadores.

O manifesto LGBTQIAP+ Indígena pode ser encontrado integralmente nos anexos.

No terceiro dia de acampamento, a tenda COIAB realizou atividades sobre a demarcação das terras indígenas e sobre a crise climática atual. A plenária sobre a demarcação de terras indígenas foi voltada para povos isolados. A mesa, composta por lideranças da COIAB e de outras instituições, reforçou a importância da juventude nesta luta.

“Houve diversas tentativas de contato dentro do Vale do Javari, que é onde estão a maioria dos indígenas isolados. É de extrema importância a proteção da região do Vale do Javari, para além da demarcação. Através de monitoramento, podemos garantir a segurança e o respeito das vontades dos povos indígenas. É impossível falar de economia verde e sustentabilidade sem envolver indígenas na discussão”

Bushe Matis, coordenação do UNIVAJA

Na tenda da APOINME, o dia foi marcado pela plenária cujo objetivo foi debater os empreendimentos de exploração de combustíveis fósseis e mobilizar o movimento indígena para os enfrentamentos necessários. A plenária contou com a participação de diferentes lideranças indígenas.



Foto: @apolanp

“Minha comunidade tem travado uma luta desde 2015 contra a exploração de combustíveis fósseis. Ao longo desse período, tenho testemunhado e participado ativamente dos movimentos que contestam os leilões realizados para a exploração dos nossos territórios. Em algumas ocasiões, conseguimos ser vitoriosos, mas também sofremos violências. Mesmo diante dessas adversidades, não nos deixamos intimidar.”

Kretã Kaingang

Durante o terceiro dia foi realizada atividade na tenda Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) com objetivo de analisar o impacto do agronegócio de soja nos territórios indígenas a partir da experiência dos Ava Guarani, Munduruku e com a participação dos povos Timbira e Kanela.

“O impacto dos agrotóxicos não se limita a um território específico, ele traz consequências enormes em várias áreas, inclusive espiritualmente. Por causa da rota dos agrotóxicos, há mudanças significativas na logística local... Além disso, sofremos com a poluição do lixo originado desse porto, assim como com a poluição causada por óleo que vaza e prejudica o bioma do manguezal na região. Portanto, os impactos são enormes e se manifestam de várias formas. Defendo a necessidade de fazermos articulações para enfrentar esses desafios. Por fim, acredito que nosso saber cultural deve ser valorizado e utilizado na criação de mecanismos para preservar o que temos hoje. É essencial que integremos nossos conhecimentos ancestrais com as estratégias de preservação ambiental.”

Juliana Kerexu

Foto: Richard Wera Mirim





Foto: Kamikla Klasedje



Foto: Kamikla Klasedje



25/04



Foto: Jacqueline Lisboa

SEMPRE ESTIVEMOS AQUI

No quarto dia do ATL 2024, sob o tema “Sempre Estivemos Aqui”, as atividades na plenária se iniciaram com o debate sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) e destacou a indignação dos povos indígenas com a retirada de direitos e a urgência na demarcação dos territórios.

A PNGATI, uma política participativa de gestão socioambiental, foi retomada após um período de paralisação, mas ainda enfrenta desafios como a necessidade de financiamento e a politização que desvia o foco da demarcação.

Líderes indígenas e representantes governamentais enfatizaram a importância da união, da participação ativa nos espaços de decisão e da pressão contínua para garantir os direitos indígenas, destacando a relevância dos instrumentos de gestão territorial. Na sequência foi dado início a plenária “Apresentação do Diagnóstico Territorial das Terras Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo”. Lideranças indígenas da Apoinme apresentaram dados sobre marcadores sociais, históricos, de violência e impactos ambientais. Foi ressaltada a necessidade de união entre os povos e organizações para enfrentar a atual realidade de recuperação dos territórios, biomas e águas, ameaçados pelo capital monocultor e atividades ilegais. A importância da apropriação das políticas pelos indígenas, especialmente pelos jovens, foi destacada.

“Ressaltei a importância da união entre os povos e organizações e trouxe à plenária as palavras do comitê gestor. Hoje, interpretamos o cenário como muito pior do que em outros momentos, pois já não é mais possível falar apenas em preservação dos territórios e biomas; pelo contrário, o



Foto: Gabriel Karal Popygua



Foto: Jacqueline Lisboa e Richard Wera Mirim

debate já é sobre a recuperação dos territórios, dos biomas e das águas, uma vez que o capital monocultor, os grileiros e os lavradores ilegais impactam diretamente na Terra. Sendo assim, firmei a importância de que os parentes em seus diversos territórios, especialmente os jovens, deveriam se apropriar das políticas e daquilo que elas preveem enquanto possibilidade nas especificidades de cada território.”

Bárbara Tupiniquim

Na tarde de quinta-feira, a marcha **“NOSSO MARCO É ANCESTRAL. SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!”** reuniu aproximadamente 9 mil pessoas, incluindo membros da APIB, MST, CONAQ e outros movimentos sociais. Durante a marcha, líderes pediram o fim dos ataques do Congresso aos povos indígenas e a demarcação de terras. A marcha foi simbolicamente representada por uma cobra de 100 metros, celebrando os 20 anos do ATL e a diversidade indígena. Após a marcha, o presidente Lula recebeu uma comitiva de 40 lideranças indígenas no Palácio do Planalto, onde foi entregue uma carta de reivindicações com 25 demandas ao governo.

“Pedimos que o congresso nacional pare de atacar os povos indígenas e que o presidente demarque nossas terras”

Joziléia Kaingang

“A luta pela terra não é só dos povos indígenas, o que estamos pedindo é o direito ao acesso à terra e ao território, não só dos povos indígenas, mas também de outros segmentos que fazem essa luta. Então essa marcha vai marcar um momento histórico dessa união de forças que lutam pela vida, que são todos os movimentos sociais que estão lutando e militando em favor da vida”.

Dinamam Tuxá, coordenador-executivo da APIB

Na quinta-feira, dia 25, foi realizada a última atividade na tenda COIAB. A plenária Mulheres Indígenas na Amazônia ressaltou a importância do projeto “Amazônia de Pé”. O projeto acontece desde 2002 trabalhando a educação como ferramenta para chegar nos territórios. A plenária contou com professores e lideranças indígenas, que estão à frente do projeto.

“O projeto também engloba uma proposta para lei de iniciativa popular para a designação de terras públicas não designadas na Amazônia para o usufruto de populações indígenas e tradicionais. Também estamos trabalhando com a produção de materiais didáticos infantis, os quais foram disponibilizados para as escolas envolvidas no projeto, totalizando 10. Além disso, estamos oferecendo apoio financeiro aos professores para desenvolverem ações.”

Gabrieli Lima



Foto: Kamikla Kisedje



Foto: Jacqueline Lisboa



26/04



Foto: Jacqueline Lisboa

DIGA AO POVO QUE AVANCE!

No último dia do Acampamento Terra Livre 2024, o debate **“Vozes Ancestrais, Conexões Contemporâneas: A Comunicação Indígena em Perspectiva”** abriu a manhã, refletindo sobre a evolução e a importância da comunicação indígena como ferramenta de resistência e expressão cultural. Os participantes compartilharam experiências, enfatizando que a comunicação indígena vai além do digital, estando profundamente enraizada na ancestralidade e espiritualidade.

Houve destaque para o crescimento dos comunicadores indígenas, especialmente após a pandemia, e a criação de redes de comunicação com jovens comunicadores, ilustrando a transmissão intergeracional da luta indígena.

A importância da comunicação para contar a própria história, denunciar violências e fortalecer a identidade cultural foi sublinhada, mostrando que a comunicação indígena é diversa, abrangendo mídias digitais e formas tradicionais e espirituais.

No debate sobre **“Justiça de Transição, por Reparação e Não Repetição dos Crimes Cometidos pela Ditadura Contra os Povos Indígenas”**, foi destacada a necessidade de abordar as violências sofridas pelos povos indígenas durante a ditadura militar, enfatizando memória, reparação e justiça. Foi ressaltado que as violações contra os indígenas se intensificaram a partir de 1964, com perdas de territórios devido à colaboração entre o Estado, militares e latifundiários. Propôs-se a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade para investigar essas violações além do período da ditadura. Participantes compartilharam histórias de remoção forçada, massacres e outras violências, enfatizando a importância de visibilizar essas histórias e reparar os danos, incluindo impactos como suicídio e alcoolismo decorrentes do trauma histórico. A plenária discutiu a importância de lutar pela demarcação de territórios e a criação de um fórum nacional para promover essa pauta junto ao governo.



Foto: Than Pataxó



Foto: Than Pataxó

No debate sobre **“Aldear a Política: Reparações e Ações Afirmativas”**, foi discutida a importância de aumentar a representatividade indígena nos espaços de poder, tanto no executivo, quanto no legislativo e judiciário. Participantes enfatizaram a necessidade de expressar as demandas dos povos indígenas em todos os níveis, destacando que essa representatividade é essencial para a defesa dos territórios, autonomia e direitos fundamentais, como saúde e educação. Houve reflexão sobre os desafios enfrentados pelos políticos indígenas, como o racismo institucional, e a importância do diálogo com diferentes espectros políticos para avançar nas pautas indigenistas. Foi destacada a necessidade de eleger mais vereadores e vereadoras indígenas nas próximas eleições para fortalecer a bancada do cocar e a participação indígena em eventos internacionais como a COP 30.



Foto: Matheus Alves

No dia 26 de abril, o 20º Acampamento Terra Livre foi encerrado com uma plenária que reuniu lideranças indígenas e a coordenação executiva da APIB, reforçando a importância da luta pela demarcação e garantia dos direitos indígenas.

“Nosso intuito, enquanto Coordenação Executiva da COIAB APIB, é melhorar as condições do acampamento e da militância. Informe-me que no próximo ano, a APIB completaria 20 anos, pois nasceu durante o primeiro ATL para atender a uma demanda crucial para a nossa luta coletiva. A caminhada realizada durante o primeiro ATL foi responsável por muitas melhorias que vimos ao longo destes últimos anos.”

Kleber Karipuna



Foto: Jhony Kopenoti

Durante a plenária de encerramento, o coordenador da APIB Dinamam Tuxá reafirmou que é necessário dar um basta nas medidas e políticas anti-indigenistas e reiterou que nenhum indígena esteve presente no atentado à democracia no dia 08 de janeiro de 2023.

“Conseguimos alcançar nossos objetivos sem causar nenhum dano. Nosso compromisso é com a democracia e a constituição, porém, para haver democracia, é fundamental que haja demarcação.”

Dinamam Tuxá



A plenária de encerramento contou com a exibição de um vídeo sobre a trajetória do ATL e a leitura da Carta Final do ATL 2024, que finalizou com uma declaração contundente:

O que nos preocupa não é a morte. Esta, nós conhecemos de perto. Morte e vida são parte dessa serpente do tempo que transita sobre a terra, dentro das águas e na copa das árvores mais altas. O que nos preocupa é a covardia de quem tenta dominar o tempo indomável e busca lucrar com as nossas mortes. Nesta declaração afirmamos:

Não há mais tempo para vocês!





Foto: Kamiklia Kisedje (APIB)

A UNIÃO QUE CONSTRÓI NOSSA LUTA

*Comissões, organizações,
produção e espaço
do acampamento*

Na vastidão de um propósito que ecoa através dos séculos de resistência, ergue-se o ímpeto pulsante do Acampamento Terra Livre (ATL), a maior mobilização indígena no Brasil e uma jornada que transcende o tempo e o espaço, construída com muitas mãos. O ATL é mais que um encontro; é como a confluência de muitos rios e, que se juntam unindo a diversidade da nossa resistência para fortalecer o nosso compromisso 'comum' dos Povos Indígenas, em proteger os nossos direitos e celebrar a vida e o bem viver!

Para realizar a maior mobilização indígena do país, a APIB se organiza através de equipes dedicadas compostas por lideranças, apoiadores de confiança, e voluntários que mergulham em um oceano de detalhes, navegando pela corrente das expectativas do movimento e da responsabilidade política com



Foto: Kamik'ia K'isec'je (APIB)

a mobilização ancestral. Cada decisão é um ato de equilíbrio, entre honrar as tradições e responder aos desafios modernos, entre criar um espaço seguro e abrir os braços para milhares de pessoas que se reúnem em Brasília.

No centro desta produção, pulsam os corações de muitas pessoas, indígenas e não indígenas, que estão unidos pelo respeito e compromisso com a luta indígena. Dos primeiros raios de sol até o cair da noite, trabalhamos conectados para erguer os alicerces da mobilização que é um manifesto vivo de resistência e esperança.

Depois que o ATL termina e todas as pessoas voltam para suas regiões, o que permanece é mais que um acampamento desmontado, é um compromisso renovado e uma memória que ressoa por todas as regiões e biomas do Brasil. Fica fortalecido dentro de cada participante o sentimento de que não estamos sozinhos nessa luta que é diária e árdua. Ano após ano, renovamos nossa força para defender nossa cultura, territórios, herança, história e para seguirmos inspirando o mundo.

Neste capítulo, vamos apresentar os bastidores da organização, produção e realização do 20º ATL, que contou com o apoio direto de mais de 400 pessoas distribuídas entre as comissões e espaços do acampamento.

O esforço de construir tal registro e relato tem como objetivo agradecer ao compromisso, responsabilidade e cuidado de cada uma das pessoas envolvidas na construção da maior mobilização indígena no Brasil e reforçar que é apenas coletivamente que podemos realizar a defesa de nossos territórios, direitos e futuro.

COMISSÕES: NOSSA LINHA DE FRENTE NA ORGANIZAÇÃO DO ATL

No coração do Acampamento Terra Livre 2024 estão diversas comissões. Cada uma desempenhando um papel fundamental na organização, estruturação e sucesso desse evento emblemático. As comissões do 20º ATL foram definidas em 2023, durante o Encontro Estratégico da Comunicação APIB.

As comissões que ajudam a construir as bases da mobilização, começaram a trabalhar seis meses antes do início do ATL, ainda em 2023. A Secretaria, responsável pela coordenação geral, atua em conjunto com a equipe Jurídica para garantir os fundamentos legais e organizacionais, como as autorizações para instalação dos espaços do acampamento e para a realização das marchas junto com os diversos órgãos governamentais, em Brasília.

A Comissão de Captação e Projetos é outra frente que inicia os trabalhos meses antes do início do ATL e desenvolve estratégias para viabilizar recursos e apoios essenciais, enquanto a Comissão de Programação começa a promover, com bastante antecedência, os debates necessários para construir o cronograma de atividades que dará vida ao acampamento.

Simultaneamente, as comissões organizativas assumem a responsabilidade direta pela implementação das ações planejadas. A Comissão de Comunicação assume, meses antes do acampamento começar, um papel fundamental para mobilizar as bases do movimento indígena e amplificar as pautas que serão abordadas no ATL para diferentes públicos.

É na comunicação que a mobilização ganha forma com a construção da Identidade Visual e que se elaboram os materiais para as incidências políticas construídas pela governança de organizações que compõem a APIB.

A Comissão de Saúde se encarrega de prover assistência médica e cuidados essenciais aos participantes, promovendo este processo através dos saberes ancestrais das medicinas indígenas. A Comissão de Cultura e Animação traz vida ao ATL com atividades culturais e artísticas para as noites de mobilização, refletindo a diversidade e riqueza das expressões indígenas, que também ficam expostas ao longo do dia nas centenas de barracas montadas com produtos produzidos nos territórios.

A Comissão de Infraestrutura, Logística e Doações trabalha nos bastidores para garantir que tudo funcione perfeitamente, desde o transporte das delegações, a distribuição de materiais essenciais, até a organização e montagem das estruturas de tendas necessárias para receber milhares de pessoas.

Alguns cuidados com as pessoas que participam do ATL ficam na responsabilidade da Comissão de Segurança, que ajuda a garantir um ambiente harmonioso, mediando possíveis conflitos e garantindo a manutenção dos acordos de convivência no acampamento.

A Relatoria e Sistematização do Documento Final são comissões que cuidam da documentação e registro desse encontro histórico. O Cerimonial coordena as atividades que acontecem na plenária da tenda principal do ATL e busca garantir a realização de cada um dos debates previstos na programação dentro deste espaço central.

Juntas, cada uma dessas comissões formam uma rede de esforços colaborativos, guiados pelo compromisso com a luta indígena e pela determinação em criar um espaço de diálogo, celebração e resistência que ecoará além das fronteiras do Acampamento Terra Livre.

COORDENAÇÃO DO ACAMPAMENTO



Foto: Richard Wera Mirlim

A Comissão de Coordenação do Acampamento Terra Livre é o núcleo político e orientador por trás da maior mobilização indígena do Brasil. Composta pela Coordenação Executiva da APIB e liderada pelos coordenadores representantes de cada organização regional de base, essa comissão desempenha um papel essencial na condução dos processos que moldam o ATL. Desde a concepção até a realização, os membros dessa comissão dedicam-se a orientar politicamente cada etapa, garantindo que o evento seja um espaço verdadeiramente representativo e transformador.

A responsabilidade da Comissão de Coordenação vai além da logística e programação; é um espaço construído para que cada liderança, que compõe a comissão, possa atuar para garantir o compromisso com os princípios fundamentais da resistência indígena. Representando as sete organizações de base que estruturam a governança do movimento indígena brasileiro, os Coordenadores são legítimas lideranças e porta-vozes de todas as regiões do país.

Essa comissão é guiada pela visão de fortalecer os laços entre os povos indígenas, ampliar suas vozes e afirmar seus direitos ancestrais. É um trabalho que demanda não apenas competência política, mas também um profundo respeito pelas diferentes perspectivas e realidades dos povos. Juntos,

os coordenadores da Comissão de Coordenação do Acampamento Terra Livre trabalham incansavelmente para criar um espaço onde a resistência, a cultura e a esperança se entrelaçam em um testemunho vivo da luta indígena no Brasil.

COMPOSIÇÃO:

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne):

- ▶ Dinamam Tuxá

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul):

- ▶ Kretã Kaingang

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste):

- ▶ Fabiano Awá Mitã

Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu):

- ▶ Norivaldo Guarani Kaiowá

Comissão Guarani Yvyrupa:

- ▶ Juliana Kerexu
- ▶ José Nenites

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab):

- ▶ Kleber Karipuna

Conselho do Povo Terena:

- ▶ Alberto Terena

TRAJETÓRIA DO ATL 2024



Foto: Than Pataxó

A Comissão da Trajetória do 20º Acampamento Terra Livre (ATL) foi responsável por contar a história de mais de 500 anos de resistência e luta dos povos indígenas no Brasil e construir a memória dos 20 acampamentos. O processo de criação dessa comissão foi um marco de profunda reflexão e envolvimento, iniciado durante o Encontro Estratégico da Comunicação da APIB em outubro de 2023, na Escola Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, São Paulo. Nesse espaço de resistência e luta, representantes das organizações de base e da estrutura de governança da APIB se reuniram para traçar uma abordagem singular que honrasse não apenas os 20 anos do ATL, mas também os séculos de resistência contra o genocídio e a usurpação de terras.

A metodologia adotada pela Comissão da Trajetória utilizou a linha do tempo como ponto de partida, reconhecendo as limitações da linearidade histórica. O debate crítico sobre a representação unidirecional da história evocou a perspectiva da “Cobra do Tempo”, entendendo a luta indígena não como uma progressão linear, mas como um túnel de memórias que conecta passado, presente e futuro. Esse olhar não convencional foi enriquecido pela escuta ativa dos anciãos e anciãs, verdadeiros guardiões do passado e do futuro, que orientaram a construção de uma narrativa que reflete a riqueza das culturas indígenas em suas diversas realidades regionais.

A Comissão da Trajetória assumiu o desafio de unificar e compartilhar as histórias e conquistas dos povos indígenas, envolvendo todas as organizações regionais. Ela escutou lideranças históricas nacionais e regionais, consultando cada organização para a construção conjunta dessa memória coletiva.

Após rodadas de escuta e construção conjunta, a Comissão foi também responsável pelo projeto e viabilização da exposição física da Trajetória, instalada na frente da plenária principal do acampamento.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva:

- ▶ Dinamam Tuxá

Coordenação política:

- ▶ Paulino Montejo
- ▶ Marcos Sabaru
- ▶ Chico Apurinã

Coordenação técnica e metodológica:

- ▶ Midori Hamada

Apoio:

- ▶ Caio Mota
- ▶ Marina Vieira

Banco de imagens disponibilizadas por:

- ▶ Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
- ▶ Bruno Pacheco

CAPTAÇÃO E PROJETOS



Foto: Kamikia Kisedje

A Comissão de Captação e Projetos desempenha um papel vital no Acampamento Terra Livre (ATL), sendo responsável por assegurar os recursos financeiros necessários para a custear os gastos da maior mobilização indígena no Brasil. Essa comissão se dedica a estabelecer diálogos construtivos com financiadores e parceiros, elaborar propostas detalhadas e captar recursos que viabilizem todas as atividades e estruturas do ATL. A dedicação da comissão se estende antes, durante e após o acampamento, garantindo que a captação de recursos continue mesmo depois que a mobilização termina.

Antes do ATL, a Comissão de Captação e Projetos se envolve em um intenso trabalho de planejamento e elaboração de propostas. Esse esforço envolve identificar potenciais financiadores, compreender suas diretrizes e expectativas, e moldar as propostas de acordo com os objetivos do ATL. A comissão também se empenha em construir parcerias estratégicas, que não só contribuam financeiramente, mas também fortaleçam a rede de apoio ao movimento indígena.

Durante o ATL, a comissão continua a trabalhar incansavelmente para gerenciar os recursos captados, assegurando que sejam utilizados de maneira eficaz e transparente. Além disso, a comissão mantém um diálogo contínuo com os financiadores, fornecendo

atualizações e relatórios sobre o andamento do acampamento e o impacto dos recursos investidos. Este relacionamento contínuo é crucial para fortalecer a confiança e garantir o apoio para edições futuras do ATL.

Após o encerramento do acampamento, a Comissão de Captação e Projetos se dedica a finalizar relatórios detalhados e avaliar o impacto dos recursos recebidos. Este processo de avaliação é fundamental para identificar áreas de melhoria e preparar-se para futuras captações. A comissão também continua a buscar novas oportunidades de financiamento, garantindo que o trabalho e os objetivos do ATL possam prosseguir ininterruptamente. Através de seu esforço incansável, a Comissão de Captação e Projetos assegura que o ATL continue a ser um espaço de resistência, celebração e fortalecimento da luta dos povos indígenas.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação Executiva:

- ▶ Dinamam Tuxá
- ▶ Kleber Karipuna

Coordenação técnica:

- ▶ Janaina de Oliveira

Equipe:

- ▶ Midori Hamada
- ▶ Ivo Lima

INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E DOAÇÕES



Foto: APIB

A Comissão de Infraestrutura, Logística e Doações desempenha um papel fundamental no planejamento e execução da estrutura física e logística do Acampamento Terra Livre (ATL). Em 2024, essa comissão foi composta por 17 pessoas, responsáveis por desenvolver e implementar o desenho da disposição do acampamento, incluindo a ocupação do espaço, instalação de tendas, banheiros, cozinhas e pontos de água, garantindo um ambiente adequado e funcional para todos os participantes.

Além disso, a Comissão gerencia a logística dos suprimentos essenciais, coordenando a recepção, armazenamento e distribuição de doações destinadas ao acampamento e seus participantes. Durante o ATL, a equipe também realiza o corte de bambu, um recurso vital para as delegações construírem seus abrigos e ocuparem o espaço de forma sustentável. Ao longo do evento, as delegações interessadas em materiais como bambu, lona e barbante para a construção de abrigos podem dirigir-se à tenda da Logística. Lá, podem retirar os kits necessários conforme o número de membros de sua delegação, facilitando a organização e distribuição dos recursos.

A Comissão de Infraestrutura, Logística e Doações foi responsável pela distribuição de

mais de 30 mil metros de lona e 780 bambus e madeiras de escora para as delegações. Além disso, distribuiu água potável, sabonetes, pastas de dente, papel higiênico, absorventes e fraldas. De forma a apoiar a cozinha principal e as cozinhas regionais, a Comissão foi também responsável pela distribuição de quase 20 toneladas de alimentos, entre arroz, feijão, açúcar, sal, leite em pó, flocão de milho e óleo.

Além dos itens básicos para os acampamentos, a Comissão recebe e distribui doações externas, como roupas, brinquedos e outros materiais, contribuindo para o bem-estar e conforto de todos os participantes do Acampamento Terra Livre. Entre os doadores destacam-se a Rede Cerrado, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Sindicato dos Professores do DF (SinProf) e a Companhia Nacional de Abastecimento MDS (CONAB).

A atuação da Comissão de Infraestrutura, Logística e Doações é essencial para o sucesso e funcionamento eficaz do ATL, assegurando que todas as necessidades físicas e materiais sejam atendidas de maneira coordenada e sustentável ao longo do evento.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva:

- ▶ Fabiano Awá Mitã

Coordenação técnica:

- ▶ Janaina de Oliveira

Coordenação logística:

- ▶ Santxie Tapuya Guajajara Verissimo

Equipe:

- ▶ Gilmara Terena
- ▶ Norivaldo Kadiweu
- ▶ Vanicleisson Dias Karajá Amorim
- ▶ Midori Hamada
- ▶ Alice Andiará de Oliveira e Souza
- ▶ Dellius Augusto Fernandes
- ▶ Ivo Lima
- ▶ Fetxawewe Tapuya Guajajara Verissimo
- ▶ Ytawanay Fulni-ô
- ▶ Carlos Fulni-ô
- ▶ Nathan Fulni-ô
- ▶ Jonathan Vinícius
- ▶ Julia Garrido de Oliveira
- ▶ Sotxa Ymã

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DE PAUTAS E REDAÇÃO POLÍTICA



Foto: Kamikia Kisedje

A Comissão de Sistematização de Pautas e Redação Política do Acampamento Terra Livre desempenha um papel fundamental na tradução e expressão dos posicionamentos políticos do movimento indígena. Esta comissão é responsável por organizar, elaborar e redigir todas as cartas, manifestos, posicionamentos e demandas que emanam do acampamento. Os documentos oficiais produzidos por essa comissão refletem genuinamente as vontades coletivas e os objetivos políticos das lideranças e participantes do ATL.

Durante o processo de sistematização e redação, a comissão trabalha em estreita colaboração com as lideranças e representantes das organizações regionais da APIB. Reuniões são realizadas para debater e consolidar os principais temas, demandas e propostas que serão formalizadas nos documentos oficiais do acampamento. Cada palavra e frase são cuidadosamente escolhidas para transmitir com precisão as preocupações, aspirações e desafios enfrentados pelos povos indígenas do Brasil.

Além de redigir os documentos, a comissão também se dedica a assegurar a coesão e consistência das mensagens transmitidas pelo ATL. Esses documentos não apenas comunicam as demandas urgentes e os apelos por justiça e reconhecimento dos direitos

indígenas, mas também servem como registros históricos importantes da resistência e mobilização dos povos originários. A sistematização dessas informações é essencial para fortalecer o movimento indígena e promover a conscientização sobre as questões fundamentais enfrentadas pelas comunidades indígenas no Brasil.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva:

- ▶ Kleber Karipuna

Coordenação política:

- ▶ Paulino Montejo

Redação e orientação política:

- ▶ Caio Mota e Ingrid Martins

COMUNICAÇÃO



Foto: Than Pataxó

A Comissão de Comunicação do Acampamento Terra Livre 2024 é o elo vital que conecta a diversidade e a riqueza dos Povos Indígenas do Brasil com o mundo e desempenha um papel crucial ao garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas durante a mobilização. Desde 2023, essa comissão é conduzida por comunicadores indígenas, em colaboração com o Coletivo Proteja, que apoia política, técnica e metodologicamente a Comunicação da APIB desde 2020.

A comunicação do ATL possui uma coordenação colegiada entre as organizações que compõem a APIB e em 2024 a equipe central da comunicação foi composta por 20 pessoas. Cada uma das sete organizações regionais da APIB compôs a equipe e foi realizado um encontro presencial antes do início do acampamento para fortalecer as relações entre as pessoas envolvidas e formular o plano de cobertura do ATL 2024.

A estratégia central da comissão é envolver os comunicadores de base das organizações regionais da APIB, que chamamos esse grupo de COMunidade. A maior mobilização indígena do Mundo, que é organizada pelas organizações que compõem a Apib, precisa envolver toda sua estrutura dentro desse processo de cobertura da comunicação. Essa decisão política de envolvimento dos comunicadores indígenas da COMunidade na equipe

do acampamento reforça a governança das organizações indígenas e melhor orienta as estratégias de incidência planejadas para o ATL.

A Comissão de Comunicação atua em 13 frentes que gerenciam diferentes aspectos da comunicação durante o Acampamento. A comissão possui uma coordenação colegiada dividida em: Coordenação Geral, Coordenação de Imprensa, Coordenação Colaborativa e Coordenação Metodológica. A Geral possui a responsabilidade política de promover constante alinhamento com a coordenação executiva para melhor incidência das pautas e promover a orientação de equipe que se divide nas seguintes frentes: Fotografia, Audiovisual, Edição de Vídeo, Redes Sociais, Designer, Assessoria de Imprensa, Transmissão Ao Vivo, Desenvolvimento do Site apiboficial.org e Sistematização de Imagens.

Tradicionalmente o ATL estimula um processo de ampla colaboração na comunicação. Em 2024 esse processo foi continuado e conduzido pela Coordenação de Cobertura Colaborativa. As contribuições acontecem de forma voluntária e a participação inicia a partir de uma chamada aberta. As pessoas inscritas passam por um processo de seleção prévio para evitar o credenciamento de grupos e pessoas que podem estar participando com intenções a prejudicar a mobilização.

As inscrições servem também para contribuir na orientação ética e política da cobertura colaborativa e assim evitar atuações consideradas inadequadas para o movimento indígena. As pessoas que se inscrevem para a cobertura colaborativa assinam um termo de compromisso e de uso de imagens para respaldar juridicamente as contribuições feitas de forma voluntária para o ATL.

As demandas junto à imprensa são organizadas e orientadas pela Coordenação de Imprensa da equipe de comunicação do ATL. Foi aberto um chamado de credenciamento para os grupos de imprensa que cobriram o acampamento e compartilhado um documento orientador para os veículos de comunicação com intuito de colaborar com o trabalho desses grupos compartilhando informações que subsidiam jornalistas e comunicadores como releases, pastas de fotos e documentos com intuito de amplificar as pautas para diferentes públicos.

A coordenação metodológica da Comissão de Comunicação promove a orientação técnica e política e desenvolve metodologias de interação e organização para fortalecer as estratégias referentes à comissão. O desenvolvimento do plano de cobertura, a construção das estratégias junto com a COMunidade APIB, a promoção de atividades de interação entre as equipes e a elaboração de análises sobre o desempenho da comunicação para melhor orientação das estratégias são algumas das atribuições desta coordenação.

IDENTIDADE VISUAL E DESENVOLVIMENTO GRÁFICO

O trabalho conjunto entre o artista indígena **Denilson Baniwa** e a Comunicação da APIB para a elaboração da identidade visual ATL 2024 representa uma poderosa união entre arte e ancestralidade, enraizada na história e na resistência dos povos indígenas do Brasil.

A cobra repleta de desenhos e símbolos, dos mais variados povos, é uma adaptação da obra do renomado artista, Denilson Baniwa, feita especialmente para o ATL 2024. Ela fez parte da exposição “*Dja Guata Porã*” que significa “caminhar bem” e “caminhar junto”, em Guarani. A partir da obra, a Comunicação APIB elaborou “A Cobra do Tempo”. Essa representação simbólica da cobra, atravessando duas décadas de lutas e resistência, é uma homenagem às diversas conjunturas políticas e históricas enfrentadas pelo movimento indígena ao longo dos anos.

A arte de Denilson Baniwa, permeada por desenhos e símbolos de diferentes povos, incorpora a diversidade e a força coletiva dos indígenas brasileiros. Sua criação faz parte de uma trajetória mais ampla de ativismo cultural e digital, refletida em suas palestras, oficinas e contribuições para revistas, filmes e séries de TV.





Os tons escolhidos para a identidade visual do ATL 2024 — vermelho urucum, preto jenipapo e algodão cru — carregam consigo o peso simbólico das lutas e conquistas do movimento indígena. Essa colaboração entre Denilson Baniwa e a Comunicação da APIB é uma celebração da resistência ancestral, transformada em arte vibrante e representativa, que ecoa através do tempo e da memória dos povos indígenas do Brasil.

Neste espaço de intercâmbio cultural e luta pelos direitos indígenas, a Comissão de Comunicação é uma ponte entre a ancestralidade e a contemporaneidade, trazendo visibilidade e voz às narrativas que ecoam através dos tempos.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação geral

- ▶ Yago Kaingang

Coordenação colaborativa

- ▶ Sally Guarani Nhandeva
- ▶ Yago Kaingang

Coordenação de imprensa

- ▶ Luan de Castro Tremembé

Coordenação metodológica

- ▶ Caio Mota
- ▶ Midori Hamada

Equipe:

- ▶ Ariel Bentes
- ▶ Crisanto Tsami
- ▶ Gabriel Karai Popygua
- ▶ Geanini Hackbardt
- ▶ Gustavo Palermo
- ▶ Ju Sting
- ▶ Kamikia Kisedje
- ▶ Kaue Terena
- ▶ Luiz Almeida
- ▶ Richard Vera
- ▶ Samela Sateré
- ▶ Than Pataxó
- ▶ Thiago Barreto
- ▶ Tukumã Pataxó
- ▶ Yana Terena

SECRETARIA



Foto: Richard Wera Mirlim

A Comissão de Secretaria desempenha um papel fundamental na organização prévia e coordenação das atividades que compõem o ATL. Esta comissão é responsável por uma série de tarefas essenciais, incluindo solicitação das agendas, organização da logística, envio de ofícios e convites para participação nas agendas externas, a organização das mesas de debate e o apoio na preparação e impressão de documentos relevantes para as atividades do evento.

Um dos aspectos centrais do trabalho da Comissão de Secretaria é a comunicação contínua e eficaz com todas as partes envolvidas. Esta comissão mantém uma linha aberta de comunicação com as organizações regionais, acompanhando as reuniões de organização e mantendo todos os participantes informados sobre cada etapa do processo de produção do ATL.

Durante a mobilização, a Comissão de Secretaria desempenha um papel ativo na coordenação das atividades, garantindo que as lideranças e os participantes estejam informados sobre os horários, locais e detalhes das mesas de debate e outras atividades programadas. Além disso, esta comissão é responsável por documentar e preservar os momentos importantes do ATL, garantindo que a memória e os resultados do evento sejam registrados de maneira adequada.

Graças ao trabalho dedicado da Comissão de Secretaria, o ATL pode funcionar de maneira organizada e eficiente, permitindo que as discussões e mobilizações sejam conduzidas de forma transparente e acessível a todos os participantes.

COMPOSIÇÃO:

Secretário Executivo:

- ▶ Danilo Tupinikim

Equipe:

- ▶ Alice Andiarara de Oliveira
- ▶ Ana Júlia de Oliveira

PROGRAMAÇÃO E CERIMONIAL



Foto: Than Pataxó

A Comissão de Programação e Cerimonial desempenha um papel chave na construção e organização da dinâmica do ATL, definindo meticulosamente a programação de cada dia do evento. Esta comissão é responsável por estabelecer os objetivos dos principais debates, elaborar a metodologia das mesas e indicar os nomes das pessoas que comporão os debates e atividades.

Durante o mês de março, a Comissão de Programação e Cerimonial realizou reuniões semanais com a participação aberta dos representantes das organizações de base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Nessas reuniões, foi possível construir coletivamente a orientação dos debates e principais aspectos da programação, garantindo que os temas mais relevantes e urgentes para os povos indígenas fossem contemplados.

A construção da programação do ATL envolveu um processo cuidadoso de escuta e diálogo, levando em consideração as diversas perspectivas e demandas das comunidades e lideranças envolvidas. Cada atividade foi planejada com o objetivo de promover discussões significativas, fortalecer alianças e evidenciar as vozes e experiências dos povos indígenas em sua diversidade.

Graças ao trabalho diligente da Comissão de Programação e Cerimonial, o ATL se torna um espaço vital de reflexão, mobilização e articulação, oferecendo uma plataforma essencial para promover os direitos e a dignidade dos povos indígenas no Brasil.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva:

- ▶ Norivaldo Guarani Kaiowá

Coordenação política:

- ▶ Danilo Tupinikim

Cerimonial

- ▶ Jonathan Kaingang
- ▶ Layne Tupinikim

Representações das organizações regionais

APOINME:

- ▶ Marcos Subaru
- ▶ Paulo Tupinikim
- ▶ Sarapó Pankararu

COIAB:

- ▶ Alana Manchineri

ARPINSUDESTE:

- ▶ Fabiano Awá Mitã

CGY:

- ▶ Rodrigo Vera

Conselho Terena:

- ▶ Alberto Terena

ARPINSUL:

- ▶ Kretã Kaingang
- ▶ Marciano Guarani

Aty Guasu:

- ▶ Natanael Guarani Kaiowá

Apoio

- ▶ Midori Hamada



Foto: Yaña Faria Terena

A Comissão Jurídica desempenha um papel fundamental na preparação e organização prévia do ATL, garantindo todas as solicitações e autorizações necessárias para a instalação do acampamento junto aos órgãos competentes do Distrito Federal. Esta comissão é responsável por estabelecer e manter um diálogo contínuo com a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia, visando ajustar os protocolos de segurança durante os dias de mobilização.

Além disso, a equipe jurídica acompanha de perto as marchas, manifestações e agendas de incidência da APIB nos três poderes, atuando como mediadora em potenciais conflitos e assegurando um ambiente de diálogo aberto e pacífico com as autoridades policiais. Esta interação é essencial para garantir o bem-estar e a segurança de todos os participantes do ATL e avançar na luta por direitos do movimento indígena nacional.

Durante o vigésimo ATL, a Comissão Jurídica realizou agendas no Supremo Tribunal Federal, no Conselho Nacional de Justiça e no Congresso Nacional. Foram realizados despachos com ministros do STF pedindo a imediata declaração de inconstitucionalidade da Lei n. 14.701 (Lei do Genocídio Indígena) e agendas no Congresso e no CNJ sobre acesso à justiça e direitos dos povos indígenas, para garantir que o direito à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé, a tradução para línguas indígenas e as perícias antropológicas sejam garantidas pelo Estado. Outra novidade da atuação do jurídico neste ATL foi a parceria firmada com a Defensoria Pública da União, que realizou

atendimentos no acampamento, e os debates realizados sobre o Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos e os impactos da mineração industrial em terras indígenas.

Previamente à instalação do acampamento, a Comissão Jurídica também trabalhou diligentemente para garantir que todos os aspectos legais e administrativos estivessem em conformidade, possibilitando a realização do acampamento de forma segura e tranquila. Sua atuação é guiada pelo compromisso com os direitos e a segurança dos povos indígenas, buscando sempre promover uma mobilização pacífica e respeitosa.

Graças ao trabalho da Comissão Jurídica, o Acampamento Terra Livre é não apenas um espaço de resistência e mobilização, mas também um exemplo de como é possível exercer os direitos democráticos de forma responsável e colaborativa.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação política

- ▶ Maurício Terena

Equipe

- ▶ Victor Streit
- ▶ Ingrid Martins
- ▶ Thiago Scavuzi
- ▶ Iorrannis Moreira
- ▶ Giovanna Valentim
- ▶ Yuri Pataxó
- ▶ Ricardo Terena

INTERNACIONAL



Foto: Kamikia Kisedje

A Comissão Internacional desempenha um papel essencial na expansão e fortalecimento das conexões além das fronteiras nacionais durante o ATL. Esta comissão é responsável por organizar e facilitar os diálogos com embaixadas e representantes internacionais, buscando apoio e solidariedade para as causas indígenas em nível global.

Uma das principais funções da Comissão Internacional é articular, recepcionar e mobilizar lideranças e organizações indígenas de outros países, promovendo intercâmbios culturais e experiências de luta. É através dessas conexões que o ATL se fortalece como um espaço de convergência e colaboração entre diferentes realidades e contextos indígenas ao redor do mundo.

Durante o processo preparatório, a Comissão Internacional trabalhou arduamente para estabelecer parcerias e alianças estratégicas com instituições e movimentos internacionais, visando ampliar a visibilidade e o apoio às demandas dos povos indígenas do Brasil. Essa dimensão internacional do ATL é fundamental para promover a conscientização global sobre os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas e para buscar soluções conjuntas em um contexto globalizado.

Graças ao trabalho da Comissão Internacional, o Acampamento Terra Livre se torna um ponto de convergência não apenas para lideranças indígenas do Brasil, mas também para uma rede internacional de solidariedade e cooperação, reforçando a importância da defesa dos direitos indígenas como uma causa universal.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva:

- ▶ Dinamam Tuxá
- ▶ Kleber Karipuna

Coordenação técnica

- ▶ Karina Melo

Equipe

- ▶ Ester Oliveira
- ▶ Lais Brasileiro
- ▶ João Victor Pankararu

SAÚDE, CUIDADOS E ANCESTRALIDADE



Foto: APIB

O Espaço de Saúde, Cuidados e Ancestralidade é uma parte vital do ATL, garantindo não apenas o suporte físico, mas também o emocional e espiritual para todos os povos participantes, realizando cerca de 1100 atendimentos em saúde.

Desde sua origem em 2012, quando estudantes indígenas da Universidade de Brasília iniciaram a presença que inicialmente era denominada tenda da saúde, seu propósito tem sido ofertar cuidados holísticos e integrativos. Inicialmente a então tenda da saúde realizava atendimentos básicos, como aferição de pressão arterial sistêmica e glicemia capilar. Porém ao longo dos anos evoluiu para uma abordagem mais ampla, abraçando práticas ancestrais e integrativas em saúde. Atualmente o espaço é composto por estudantes e profissionais voluntários indígenas e não indígenas das mais diversas áreas (não só da saúde) os quais formam a equipe que realiza os atendimentos e organizam o espaço para receber os parentes indígenas que necessitam de acolhimento, orientações e referências secundárias de cuidados durante a mobilização. A presença de acadêmicos e profissionais de saúde indígenas no protagonismo desse processo de construção foi essencial para o diálogo entre os saberes das mais diversas áreas do conhecimento.

Em 2021 com o aumento do número de participantes no ATL, diante do desafio de lutar e resistir em meio a pandemia de COVID19, a

equipe observou a importância de adaptar os cuidados de saúde para atender às necessidades crescentes dos usuários, buscando alinhar os diversos saberes e práticas (medicina ocidental, medicina indígena e práticas integrativas em saúde), não reproduzindo apenas a abordagem medicalocêntrica, promovendo um cuidado diferenciado, inclusivo e integral. Com esse crescimento na demanda de cuidados veio o ingresso de novas integrantes e parcerias, sendo necessário expandir as perspectivas, incorporando e aplicando cada vez mais os cuidados ancestrais e as Práticas Integrativas em Saúde.

Grande parte das pessoas que formam o acampamento, se deslocam por dias em ônibus de viagem para chegar até a capital, passam a semana vivendo em barracas, vivenciam as variações do clima de Brasília, com dias com temperatura elevada, chuvas eventuais, noites com baixa temperatura e ar com umidade baixa e se desgastam durante as marchas, momento em que caminham mais de 11km sob sol quente, com acesso restrito à água potável.

A oferta das Práticas Integrativas e Cuidados em Saúde (PIS), assim como das Práticas Indígenas Ancestrais promove a organização acolhedora do atendimento das pessoas que se mobilizam para a reivindicação de direitos dos povos indígenas. Isto pode ser verificado com a redução do tempo de espera para receber atendimento, redução do uso de medicamen-

tos alopáticos em casos devidamente estudados previamente por pessoa capacitada para tal durante a triagem inicial em que os sinais vitais são aferidos. Após os atendimentos é frequente escutar relatos que demonstram a satisfação da pessoa atendida. A aplicação de Massagem, Reiki, Ventosa, Técnicas de Medicina Tradicional Chinesa, Auriculoterapia, benzimentos e rezos indígenas são as práticas oferecidas e muito aceitas pelo público do ATL. A equipe reserva um tempo para cuidados dos demais voluntários que compõem as comissões e articulações do movimento que frequentemente são expostos a rotina de estresse, pressão política e necessidade de realização de tarefas desafiadoras para prosseguimento das reivindicações.

No cerne da prática está o respeito integral pelos indivíduos, considerando não apenas sua saúde física, mas também emocional e espiritual de cada povo. Isso se reflete na parceria estabelecida com pajés e nas práticas ancestrais incorporadas aos cuidados oferecidos, como a produção para compartilhamento de remédios com insumos e matéria-prima do próprio território e realização de rezos, benzimentos e orações. Assim, o ambiente não apenas proporciona cuidados físicos, mas também cria um espaço de cura e reconexão com as raízes culturais, fortalecendo os laços comunitários e promovendo o bem-estar integral dos povos que participam do ATL.

Hoje, o Coletivo de Saúde, Cuidados e Ancestralidade opera em um espaço dinâmico definido pela experiência e parcerias desenvolvidas ao longo dos anos. Seu fluxo de trabalho começa com o acolhimento e triagem, seguidos de encaminhamentos para atendimentos específicos, adaptados às necessidades individuais. Além dos atendimentos diretos baseados no cuidado holístico e multiprofissional, o grupo promove também campanhas de sensibilização para recrutar voluntários de diversas áreas,

garantindo assim uma abordagem abrangente e colaborativa.

A Comissão e equipe conta com a parceria direta da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e da Secretaria de Saúde DF (SesDF).

COMPOSIÇÃO:

Coordenação política e articuladora:

- ▶ Joicilene Mandulão

Coordenação dos voluntários:

- ▶ Marcos Filipe Langkamer
- ▶ Makori Bernardo Batista de Souza
- ▶ Karina Almeida
- ▶ Sarah Alves de Oliveira
- ▶ João Albuquerque

Coordenação de Medicina Indígena:

- ▶ Juliana Mandulao
- ▶ Iolanda Pereira

Coordenação de Médicos:

- ▶ Zig Pataxó

Coordenação dos residentes:

- ▶ Francyslane Vitória da Silva

Coordenação de enfermagem:

- ▶ Lucileila da Silva
- ▶ Kariny Ribeiro

Coordenação de Práticas Integrativas em Saúde:

- ▶ Luara Serrano
- ▶ Kinah Monifa
- ▶ Samyra Akasha
- ▶ Isabela Brito

Registros e Apoio

- ▶ Sandra Fraga
- ▶ Gabriela Fernandez
- ▶ Lorena Coven
- ▶ Ana Lúcia Pontes

CULTURA E ANIMAÇÃO



Foto: Kamikia Kisedje

A Comissão de Cultura e Animação desempenha um papel essencial no ATL, oferecendo uma programação rica e diversificada que celebra a riqueza cultural e artística dos povos indígenas. Responsável por organizar as noites culturais durante o acampamento, esta comissão elaborou cuidadosamente uma agenda repleta de eventos que destacam a música, a dança, a literatura e as expressões artísticas dos povos indígenas.

A programação da Comissão de Cultura e Animação é fruto de um processo participativo e colaborativo, contando com a contribuição das lideranças políticas do acampamento na seleção de artistas e atrações. Lançamentos de livros, apresentações musicais, atos e intervenções artísticas são cuidadosamente planejados para oferecer aos participantes uma experiência cultural enriquecedora e significativa.

Durante as noites culturais, o espaço se transforma em um ambiente de celebração e troca, onde os participantes podem conhecer e se encantar com a diversidade das expressões culturais indígenas. Cantos, poesias, homenagens e outras manifestações artísticas ocupam o centro do palco, destacando a vitalidade e a criatividade das comunidades representadas no ATL.

A Comissão de Cultura e Animação não apenas promove a visibilidade das artes indígenas, mas também fortalece os laços entre os participantes, proporcionando momentos de conexão emocional e inspiração. É através dessas expressões culturais que o ATL se torna um verdadeiro espaço de celebração e reconhecimento da diversidade e da riqueza dos povos indígenas do Brasil.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação política:

- ▶ Marcos Sabaru
- ▶ Danilo Tupinikim

Coordenação técnica:

- ▶ Layne Tupinikim

Apoio:

- ▶ Arildo Terena
- ▶ Jonathan Kaingang
- ▶ Midori Hamada

SEGURANÇA



Foto: Kamikia Kisedje

A Comissão de Segurança do ATL desempenha um papel crucial na garantia do bem-estar e da segurança de todos os participantes durante os dias de mobilização e acampamento. Anualmente, essa comissão se organiza meticulosamente para assegurar que os parentes presentes possam desfrutar do evento com tranquilidade e proteção.

A segurança no ATL é conduzida por uma equipe diversificada, composta por lideranças indígenas que garantem a representatividade de diferentes povos e regiões do Brasil. Voluntários das delegações indígenas de todo o país são convocados para integrar essa equipe, contribuindo com seu comprometimento e dedicação ao cuidado e proteção dos participantes.

Além disso, o acampamento conta com o suporte de segurança privada patrimonial, responsável pela proteção do espaço e das instalações físicas. Em contrapartida, a segurança indígena desempenha um papel fundamental na garantia do bem-estar dos participantes, estabelecendo diálogos e mediações que se baseiam na cultura e nas práticas tradicionais indígenas, fortalecendo assim a segurança de forma sensível e respeitosa.

A Comissão de Segurança não apenas visa proteger os participantes de possíveis ame-

aças externas, mas também promove um ambiente de confiança e acolhimento, onde todos se sintam seguros para expressar suas opiniões e participar ativamente das atividades do acampamento. É através desse cuidado e comprometimento com a proteção de nossas comunidades que o ATL se torna um espaço verdadeiramente seguro e inclusivo para todos.

Em 2024, a Comissão de Segurança foi composta por mais de 50 pessoas. Essa equipe dedicada e comprometida foi responsável pela vigilância e segurança 24 horas por dia, em todos os dias do acampamento, garantindo assim a proteção e o cuidado de todos os participantes durante o evento.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva

- ▶ Alberto Terena

Coordenação política e técnica

- ▶ Nilcelio Jiahui
- ▶ Takak Xikrin
- ▶ Auxiliadora Fernandes da Silva
- ▶ Dalson Karipuna
- ▶ Ley Parintintin
- ▶ Jonas Mura
- ▶ Edivan Macuxi
- ▶ Cleriston Gabriel Francisco

Equipe

- ▶ Djones Antonio Faustino
- ▶ Maduk Kayapó
- ▶ Kennedy Leoncio Antonio
- ▶ Antonia Discinha Rodrigue Faria
- ▶ Riverton Sadraque Silva Pereira
- ▶ Hebert Antonio de Arruda
- ▶ U-ire Mekragnotire
- ▶ Ak-yaboro Metuktire
- ▶ Josenildo Amaral
- ▶ Cleide da Silva Pedro
- ▶ Raimundo Nonato Fernandes
- ▶ Denilson Pecxa Canela
- ▶ Ionara Costas das Chagas
- ▶ Wesley Alex Sandro
- ▶ Acuab Maria
- ▶ Edelson Paygo Munduruku
- ▶ Manoel Domingos Leite Rego
- ▶ Sâmea Souza de Lima Apurinã
- ▶ Luciane Kaba Munduruku
- ▶ Paulo Roberto da Silva
- ▶ Herson Bebere
- ▶ Dario Kapey Canela
- ▶ Associação Bebo Xikrin do Bacajá
- ▶ Jonara Costas dos Chagas
- ▶ Rosenildo Candido
- ▶ Helena Moreira
- ▶ George João
- ▶ Edivan Silvino Miquel
- ▶ Kennedy Apurinã
- ▶ Manuel Reis de Castro
- ▶ Elma Rodrigues Souza
- ▶ Jainar Kaihê do Nascimento Canela
- ▶ Livia Tehtyc Canela
- ▶ Alberto Topa
- ▶ Evanice da Silva
- ▶ Claudemira Mendes
- ▶ Alecio Bomires
- ▶ Danilson Silva M. Apurinã
- ▶ Agelino Paulo
- ▶ Lairton da Silva e Silva
- ▶ Jose Luiz Zumga Mendes
- ▶ Daiane Fernandes
- ▶ Kellen Gonçalves
- ▶ Carmen Silva Gonçalves
- ▶ Silas Cotocio Laureno
- ▶ Geovane Pahhi Canela
- ▶ Kokokunti Metuktire
- ▶ Renilson de Souza Aguilera

COOPERATIVA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS



A Comissão de Gestão de Resíduos Sólidos desempenha um papel fundamental no cuidado com o meio ambiente durante o ATL. Em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal e a Central de Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP-DF), essa comissão é responsável por garantir a limpeza e o manejo adequado dos resíduos produzidos durante o evento.

Durante o ATL, a comissão trabalha incansavelmente para triar, separar e destinar corretamente todo o lixo gerado pelo acampamento. Essa abordagem responsável visa minimizar o impacto ambiental e promover a conscientização sobre a importância da gestão adequada dos resíduos sólidos.

Além de cuidar da limpeza do espaço, a Comissão de Gestão de Resíduos Sólidos também desempenha um papel educativo, promovendo práticas sustentáveis e incentivando a redução, reutilização e reciclagem entre os participantes. É através dessas ações que o ATL busca não apenas ser um evento mobilizador, mas também um exemplo de compromisso com o respeito ao meio ambiente e à comunidade

APOIO:

Central de Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP-DF)

MEMÓRIA E RELATORIA



Foto: Jhony Kopenoti

A Comissão de Memória e Relatoria desempenha um papel essencial no registro e preservação dos debates, acúmulos e falas durante o ATL. Em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que mobiliza voluntários e oferece apoio metodológico, essa comissão trabalha incansavelmente para documentar cada momento significativo do evento.

Durante o ATL, a Comissão de Memória e Relatoria acompanha atentamente todos os debates, registrando de forma cuidadosa e detalhada os principais pontos discutidos. Esse trabalho minucioso resulta na produção da revista do ATL e no relato diário das atividades, garantindo que a memória e os processos do acampamento sejam preservados para as futuras gerações.

Além de registrar as atividades, a comissão também se empenha em organizar e dis-

ponibilizar os materiais produzidos, tornando-os acessíveis a todos os interessados. Esse esforço colaborativo não apenas documenta a história do movimento indígena, mas também fortalece a importância da memória como instrumento de resistência e afirmação cultural.

O trabalho da Comissão de Memória e Relatoria não se limita ao evento em si, mas se estende ao legado deixado pelo ATL, inspirando a continuidade da luta e o fortalecimento da identidade indígena.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva:

- ▶ Kleber Karipuna

Coordenação política:

- ▶ Danilo Tupinikim

Coordenação técnica:

- ▶ Midori Hamada

Flacso:

- ▶ Aline Quintão
- ▶ Bárbara Nonato
- ▶ Carolina Diniz

- ▶ Chrys Luana Coimbra
- ▶ Danielle de Castro Silva Lobato
- ▶ Felipe Ernando
- ▶ Khatia Dudyk
- ▶ Luciano Nunes Ribeiro
- ▶ Mariana Alvarado
- ▶ Silas Santos

Equipe de voluntários:

- ▶ Amanda de Ávila Oliveira
- ▶ Ana Clara Viana
- ▶ Auzerina Melo Duarte
- ▶ Bruno Taitson
- ▶ Camila Araujo
- ▶ Clarice Maués
- ▶ Daniel Porcel
- ▶ Emanuelle Abreu de Almeida
- ▶ Emily Dias Ribeiro
- ▶ Felipe Batista Ferreira de Oliveira
- ▶ João Victor Veras
- ▶ Júlia Araújo Carvalho
- ▶ Lorena Luz Abreu
- ▶ Luann de Barros Silva
- ▶ Lucas Luis de Faria
- ▶ Maria Raynara de Brito Macedo
- ▶ Marina Vilarinho
- ▶ Tiago de Oliveira
- ▶ Vanessa Lorena de Abreu
- ▶ Wouria Karaja
- ▶ Yuri Magalhães Silva

espaço COZINHA



Foto: Than Pataxó

No coração do ATL 2024, encontra-se um espaço sagrado: a cozinha. Mais do que simplesmente um local para preparar refeições, a cozinha é o epicentro da resistência e da solidariedade, onde a comida se torna um símbolo poderoso de conexão com a Mãe Terra e de união entre os participantes.

Em uma parceria significativa com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a cozinha do ATL 2024 foi abastecida com alimentos provenientes dos territórios ao redor do Distrito Federal. Essa colaboração não apenas garante a nutrição de todos os presentes, mas também ressalta a importância da solidariedade e da cooperação entre os movimentos sociais em prol da justiça alimentar.

Durante o acampamento, foram servidas mais de 80 mil refeições. Cada refeição servida na cozinha do ATL é mais do que simplesmente alimento para o corpo; é uma manifestação tangível da resistência e da luta dos povos indígenas e camponeses. O ato de compartilhar refeições neste espaço não apenas fortalece os corpos dos participantes, mas também nutre seus espíritos, alimentando-os com o calor da solidariedade e da união em torno de uma causa comum.

Assim, a cozinha do ATL 2024 não é apenas um local de preparo de alimentos, mas um símbolo vivo da resiliência e da determinação dos povos indígenas e de seus aliados na busca por justiça, dignidade e autonomia.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação da cozinha:

- ▶ Antônio Dias de Abreu
- ▶ Edleuza Sousa Tavares

Nutricionista:

- ▶ Ana Lídia

Cozinheiros e cozinheiras

- ▶ Márcio da Silva Gomes
- ▶ Divina Francisca das Neves
- ▶ Antônia Pereira dos Santos
- ▶ Andreia Ramos da Rocha
- ▶ Naudineci E. Silva
- ▶ Cleuma Rodrigues da Silva
- ▶ Pedro de Araújo França
- ▶ Adelia Cardoso Filho
- ▶ Janice Amador da Silva
- ▶ Ivair prata Junior

Auxiliares de cozinha

- ▶ Eminem Eduardo dos Santos
- ▶ Edmar Sousa Tavares
- ▶ Maria de Souza Castro
- ▶ Mônica Barbosa da Silva
- ▶ Francisca da chaga Costa de Sousa
- ▶ Maria Bárbara P. Santos
- ▶ Gerson de Oliveira Pereira
- ▶ Eunice Pinto de Oliveira
- ▶ Guiomar de Souza França
- ▶ Ualison Santana de Brito
- ▶ Warley Victor dos Santos
- ▶ Maria Rita Ramos de Sousa
- ▶ Cleonice Rodrigues Pereira

tenda “APOIE A APIB”



Foto: Richard Wera Mirim

Durante o 20º ATL, a tenda “Apoie a APIB” desempenhou um papel essencial ao oferecer uma variedade de itens, incluindo camisetas, bonés e copos, representando o evento e a APIB. Essa iniciativa não apenas serviu como uma forma de angariar recursos para os insumos emergenciais do acampamento, como também teve o propósito de ampliar a visibilidade tanto do acampamento quanto da presença da APIB.

A tenda foi estrategicamente instalada no Eixão em Brasília durante o ato organizado pela APIB no domingo, dia 21 de abril, antes de ser montada dentro do próprio acampamento. O material disponibilizado incluía cerca de 7 mil camisetas, 3 mil bonés e 3 mil copos, parte dos quais foi distribuída gratuitamente aos parentes indígenas por meio das organizações de base da APIB, como 5 mil camisetas, 2500 bonés e 2500 copos. Essa distribuição não só fortaleceu os laços entre os participantes do acampamento, mas também promoveu uma identidade coletiva e uma conexão com a causa indígena.

Além de oferecer produtos de merchandising, a tenda “Apoie a APIB” desempenhou um papel fundamental na divulgação dos ideais e propósitos do Acampamento Terra Livre e da APIB. Ao proporcionar uma maneira tangível de mostrar apoio, a tenda contribuiu para envolver um público mais amplo e conscientizar sobre a importância da luta indígena por direitos, reconhecimento e justiça.

COMPOSIÇÃO:

Coordenação executiva:

- ▶ Kleber Karipuna

Coordenação técnica:

- ▶ Midori Hamada

Equipe:

- ▶ Ivo Lima
- ▶ Diego Flôres
- ▶ Dellius Augusto Fernandes
- ▶ Alice Andiará de Oliveira

espaço
**CAFI
PARENTINHO
ESPAÇO INFANTIL**



Foto: Pepyaka Krikati

Durante o 20º ATL de 2024, a COIAB trouxe uma inovadora iniciativa dedicada às crianças indígenas: a tenda CAFI Parentinho, uma realização do Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI). Pela primeira vez no ATL, as crianças indígenas tiveram um espaço exclusivo e especialmente planejado para elas, proporcionando momentos de aprendizado, interação e conexão com suas culturas e identidades.

A tenda CAFI Parentinho foi um local vibrante e dinâmico, acolhendo crianças de 4 a 12 anos de idade, provenientes de diversas delegações do ATL, inclusive de regiões fora da Amazônia. Durante todas as manhãs, das 8h às 12h, as crianças participaram de atividades lúdicas, educativas e recreativas, enriquecendo seu conhecimento sobre o movimento indígena e suas lutas.

O espaço das crianças no ATL não foi apenas uma área de entretenimento; foi um ambiente de valorização e fortalecimento da identidade indígena nas gerações mais jovens. Através de atividades pensadas sob medida para cada faixa etária, as crianças puderam aprender sobre seus direitos, tradições e história, contribuindo para o empoderamento e o engajamento das futuras lideranças indígenas. A COIAB e o CAFI Parentinho proporcionaram um espaço seguro e enriquecedor onde as crianças puderam compartilhar experiências e cultivar um senso de pertencimento e orgulho em relação às suas culturas ancestrais.

REALIZAÇÃO:

► Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI)

espaço ATENDIMENTOS DA DPU



Foto: Than Pataxó

Durante o 20º ATL de 2024, a presença da Defensoria Pública da União (DPU) foi mais do que simplesmente uma tenda entre outras; foi um farol de acesso à justiça para os parentes e parentas indígenas que participaram do evento. A tenda da DPU representou um importante espaço de apoio jurídico, oferecendo orientação e assistência legal para questões que afetam diretamente as comunidades indígenas.

Nesse ambiente de mobilização e resistência, o acesso à justiça é fundamental. A presença da Defensoria Pública da União no ATL não apenas simbolizou o compromisso com a defesa dos direitos dos povos indígenas, mas também proporcionou um local seguro e acolhedor para que as comunidades recebessem suporte jurídico especializado. Por meio de orientações legais e assistência individualizada, a DPU ajudou a fortalecer a capacidade de defesa e proteção das lideranças e participantes do acampamento.

A tenda da Defensoria Pública da União foi mais do que um espaço de atendimento; foi um símbolo de empoderamento e proteção para aqueles que enfrentam desafios legais em suas lutas por direitos territoriais, ambientais, culturais e sociais. Ao oferecer serviços jurídicos direcionados às demandas específicas das comunidades indígenas, a DPU demonstrou seu compromisso em ampliar o acesso à justiça e em apoiar as causas dos povos originários do Brasil.

COMPOSIÇÃO:

Coordenador:

- ▶ Murillo Ribeiro Martins

Defensores:

- ▶ Raphael de Souza Lage Santoro Soares
- ▶ Erik Palácio Boson,
- ▶ Vladimir Ferreira Correia,
- ▶ Diego Bruno Martins Alves
- ▶ Ronaldo De Almeida Neto

Equipe de apoio:

- ▶ Mayra de Jesus Saraiva Leão
- ▶ Valeria Felix de Assuncao Gaia
- ▶ Marcela Sousa Paniago
- ▶ Emilly Cristine Santos Costa
- ▶ Leticia Duarte Lima
- ▶ Pedrita de Sousa Aragao
- ▶ Maria Aparecida Clementino de Ceia
- ▶ Tiago Cantalice da Silva Trindade
- ▶ Maria Celina Pereira de Carvalho
- ▶ Leticia Lebedeff Rocha Mota
- ▶ Pedro Pereira Alves
- ▶ Julyana Francisca de Lima Sousa
- ▶ Paula Samara da Silva Santos Guajajara
- ▶ Cleidiane dos Santos Souza
- ▶ Raquel Xavier Mendes
- ▶ Bianca de Bessa Xavier
- ▶ Erick Rodrigo de Jesus Damasceno

- ▶ Marcos de Sousa
- ▶ Thais Filgueiras Chapadense Pacheco
- ▶ Jefferson dos Santos Sa
- ▶ Leticia Alves Borges
- ▶ Gilberto Monte Ferreira
- ▶ Angelina e Silva Medeiros
- ▶ Lucas Ruan França Costa
- ▶ Driely Martins da Costa
- ▶ Ana Paula Silva Belém de Oliveira
- ▶ Amazia Amorim da Silva
- ▶ Layza Eliza Mendes Montenegro
- ▶ Sidarta de Souza Saraiva
- ▶ Samuel Alfonso Zuluaga
- ▶ Willian Rodrigues Custodio
- ▶ Samantha Suyan De Barcellos
- ▶ Millena Mesquita Araujo
- ▶ Gabriel Vieira Cardoso Vaz Felix
- ▶ Rafaela Oliveira Vasconcelos
- ▶ Hanna Louise Gonçalves Silva
- ▶ Maria Luiza de Andrade Araujo
- ▶ Marcos Andre Lima dos Santo

ACÇÃO DOUTORES DA AMAZÔNIA



Foto: Doutores da Amazônia

Durante o ATL, os Doutores da Amazônia desempenharam um papel crucial ao oferecer atendimento oftalmológico e produzir e distribuir óculos de grau para os parentes indígenas presentes. Esta ação dedicada a levar saúde e dignidade para os parentes no 20º ATL, foi mais do que um simples atendimento médico. Representou um esforço humanitário que reforça a visão indígena do mundo e o direito à saúde como um pilar fundamental para a preservação das culturas e territórios indígenas.

Os Doutores da Amazônia acreditam que a saúde está diretamente ligada à preservação da floresta e de seus povos. Sem saúde, as comunidades indígenas não têm força para lutar por seus territórios, e sem a preservação destes territórios, a floresta corre risco de desaparecer. Assim, levar atendimento médico especializado, como o oftalmológico, é uma ferramenta poderosa contra o desmatamento e a favor da conservação ambiental. A saúde é a maior demanda dos povos indígenas e um alicerce essencial; sem vida, não há desenvolvimento, esperança ou capacidade de resistência.

A atuação no ATL demonstrou que, mesmo em pleno século XXI, é possível realizar atendimentos especializados em qualquer local, provando ao poder público que é

viável e necessário levar serviços de saúde de qualidade para os territórios indígenas. Com o avanço das técnicas e tecnologias, os Doutores da Amazônia mostram que muitos atendimentos realizados em grandes centros urbanos podem ser replicados em áreas remotas, reafirmando que sem saúde, a floresta e suas comunidades não permanecem de pé. A inclusão de profissionais indígenas na equipe também fomentou a integração e o fortalecimento, reforçando a autonomia e a capacidade das comunidades em cuidar de sua própria saúde.

Entre os dias 23 e 26 de abril, a ação realizou 3323 procedimentos oftalmológicos (acuidade visual, auto refração, tonometria digital e doações de óculos entre menos 6 a mais 6 graus), positivos e negativos, beneficiando 534 parentes de 48 povos diferentes das regiões nordeste, norte, centro-oeste, sudeste e sul.

A equipe envolveu 13 profissionais da saúde, entre médicos oftalmologistas, equipe técnica e participantes indígenas, e contou com o apoio logístico e material da Embaixada da França e do Instituto Avante.

REALIZAÇÃO:

► Doutores da Amazônia

ANEXOS

CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL AOS TRÊS PODERES DO ESTADO

Ao marcar os vinte anos de luta e resistência do Acampamento Terra Livre, a maior manifestação indígena do Brasil, redigimos esta carta no contexto de um momento crucial para os povos indígenas do Brasil. Apesar da recente mudança de governo, as ameaças aos nossos territórios, culturas e direitos persistem, reforçadas pelo contexto do ano mais quente já registrado na história, evidenciando a contínua emergência indígena. Seguimos afirmando a URGÊNCIA para as demarcações de nossas Terras! Presidente Lula, não queremos viver em fazendas! A proposta feita de comprar terras para assentar nossos povos afronta o direito originário de ocupação tradicional assegurado pela Constituição Federal de 1988. Já estamos no segundo ano de Governo, e as suas promessas sobre demarcações continuam pendentes. Rui Costa, Ministro Chefe da Casa Civil, segue “mandando” sobre as homologações de Terras Indígenas e não podemos admitir esta situação.

Em recente declaração do presidente Lula, foi mencionado que os governadores precisam de “um tempo” para negociar sobre as demarcações de terras indígenas. Mas e o nosso tempo, os tempos dos povos indígenas? Nosso tempo é agora, urgente e inadiável. Enquanto se discute marcos temporais e se concede mais tempo aos políticos, nossas terras e territórios continuam sob ameaça, nossas vidas e culturas em risco e nossas comunidades em constante luta pela sobrevivência. Não podemos simplesmente dar um tempo enquanto nossos direitos fundamentais estão sendo negligenciados. O tempo que queremos é o tempo de ação imediata, onde cada segundo conta para honrarmos nossa ancestralidade e para proteger o futuro de nossas gerações e da humanidade.

Basta de genocídio legislado! Nossos direitos não podem ser negociados e ninguém tira os Direitos Indígenas da Constituição! A entrada em vigor da Lei no 14.701/2023 é o maior retrocesso aos nossos direitos desde a redemocratização e resulta no derramamento de sangue indígena em todo o país. O assassinato da Pajé Nega Pataxó Hã-Hã-Hãe pelo atentado de milicianos contra a retomada do território Caramuru-Paraguaçu, na Bahia, é exemplo disso. A nova lei proporciona a “legalização” de crimes e premia os invasores dos territórios. Apenas no primeiro mês da Lei no 14.701/2023, a expansão do agronegócio e o arrendamento de terras para monoculturas e garimpo causaram 09 assassinatos de indígenas e 23 conflitos em territórios localizados em 07 estados e 05 biomas. A bancada do boi e da bala atenta contra nossas vidas e territórios e quer tirar os direitos indígenas da Constituição, mas o STF reafirmou que nossos direitos originários não podem sofrer retrocessos.

Enquanto eles querem passar a boiada, nós aldeamos o Estado! Depois de muita luta e articulação da Campanha Indígena, elegemos a Bancada do Cocar no Congresso Nacional e ocupamos pela primeira vez cargos de alto escalão no Governo Federal e em Governos Estaduais. Mas, para seguir ocupando espaços de poder, precisamos da regulamentação das ações afirmativas para enfrentar o racismo institucional. Dessa forma, reconhecemos os esforços do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça em garantir reserva de fundos e de propaganda eleitoral para candidaturas indígenas e de pelo menos 3% das vagas para indígenas em concursos públicos para a Magistratura. Contudo, precisamos que os 3 Poderes se comprometam com a regulamentação imediata e com a ampliação de cotas para pessoas indígenas em todos os concursos públicos.

Alguns veículos de comunicação têm dito que o ATL excluiu a presença de Lula na mobilização, mas na verdade quem está sendo excluído são os povos que não têm tido suas terras demarcadas. Na iminência da Amazônia brasileira sediar a COP 30, temos pouco a comemorar enquanto nossos direitos territoriais e nossos saberes ancestrais não forem compreendidos como a principal solução para a emergência climática.

Diante desta realidade inegável, esta carta, endereçada aos três poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário –, carrega as exigências e urgências do nosso movimento. Nós da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com todas as nossas organizações regionais de base (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste), a Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu), a Comissão Guarani Yvyrupa, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e o Conselho do Povo Terena buscamos medidas efetivas que assegurem a proteção e o fortalecimento dos direitos indígenas, alinhadas com a dignidade e a justiça historicamente reivindicadas por nossos povos.

Ao Poder Executivo:

- 1.** Demarcação imediata das Terras Indígenas Morro dos Cavalos (SC), Toldo Imbu (SC), Xucuru Kariri (AL) e Potiguara de Monte-Mor (PB), anunciadas entre as terras indígenas que seriam homologadas nos primeiros 100 dias de mandato, conforme indicado no relatório do Governo de Transição.
- 2.** Finalização do processo de demarcação das 23 Terras Indígenas cujos processos administrativos de demarcação aguardam apenas a portaria declaratória, e que estão na relação enviada pelo Ministério dos Povos Indígenas ao Ministério da Justiça à época da reforma ministerial de 2023.
- 3.** Determinação política e dotação orçamentária para o prosseguimento da demarcação, homologação, proteção e garantia da posse plena e permanente de TODAS as Terras Indígenas existentes em todas as regiões e biomas do Brasil: Cerrado, Pampa, Pantanal, Catinga, Mata Atlântica e Amazônia.
- 4.** Fortalecimento do Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI e Sesai com dotação orçamentária robusta e compatível com os desafios de fortalecer as políticas e ações voltadas para os povos indígenas.

5. Maior empenho do Governo Federal para interromper a agenda anti-indígena no Congresso Nacional, com compromisso concreto da Casa Civil e do Ministério de Relações Institucionais e das lideranças do Governo no Parlamento, no Senado e na Câmara dos Deputados.

6. Garantir o fortalecimento do Subsistema da Saúde Indígena por meio da Sesai e impedir a municipalização das políticas e ações voltadas para os povos indígenas na área da saúde. Garantir, no âmbito de quaisquer políticas públicas de saúde, o Controle Social para a Saúde Indígena, com a participação efetiva dos Conselhos Locais, Distritais, Fórum de Presidentes dos CONDISI do movimento indígena.

7. Criar a Secretaria Específica para a Educação Escolar Indígena, no âmbito do Ministério da Educação, para a gerir as políticas públicas voltadas para os povos indígenas e articular um Sistema Próprio, composto por equipes formadas por indígenas e especialistas, assegurando recursos financeiros específicos para implantação e funcionamento do Sistema, valorização dos profissionais e formação continuada.

8. Introduzir o Ensino Médio e Técnico Profissionalizante nas escolas indígenas, proporcionando uma formação mais abrangente e alinhada com os projetos societários dos povos indígenas. Bem como garantir o acesso e a permanência de estudantes indígenas ao ensino superior e à pós-graduação, com inclusão dos saberes tradicionais e línguas indígenas nos planos político-pedagógicos.

9. Assegurar a autoaplicabilidade da Convenção 169 da Organização Internacional Do Trabalho (OIT), no tocante ao direito de consulta livre, prévia e informada sobre quaisquer medidas administrativas e legislativas que nos afetem, tais como a instalação de empreendimentos nos nossos territórios, que nos exclui da fase de planejamento, monitoramento e avaliação, e políticas diversas decorrentes na nova economia verde. É fundamental que o governo respeite os protocolos comunitários produzidos coletivamente pelos nossos povos

10. Garantir a implementação efetiva dos espaços institucionais de participação e do controle social, respeitando a autonomia dos nossos povos e das suas instâncias legítimas de representatividade.

11. Instituir uma Política de segurança e proteção territorial específica que priorize a repressão e eliminação rigorosa de todo tipo de organizações criminosas que acirram conflitos e a violência contra os nossos povos e territórios, intimidando as nossas comunidades, perseguindo e assassinando as nossas lideranças.

12. Reestruturar de forma efetiva o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), de modo que haja adequação orçamentária necessária, seja considerada a especificidade das lideranças indígenas ameaçadas, seja dada atenção por parte do Governo Federal aos problemas políticos nas relações com estados federados e órgãos de segurança pública para a implantação de medidas protetivas

e se consiga estabelecer um diálogo pedagógico com o Sistema de Justiça para sensibilizar e instrumentalizar os operadores do Direito a respeito da pauta dos defensores e defensoras de Direitos Humanos.

- 13.** Financiar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas como alternativa comunitária de conter o avanço da mineração industrial e do garimpo em terras indígenas.
- 14.** Implementar medidas para eliminar os impactos da cadeia de produção e exportação de commodities nos territórios indígenas, incluindo a adoção de um sistema nacional de rastreabilidade e o endosso a regulações internacionais que busquem promover a cadeias produtivas livres de desmatamento e de violações de direitos. Além disso, refutar acordos bilaterais ou multilaterais que promovam a expansão da fronteira agrícola, como o Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia.
- 15.** Fomentar a sustentabilidade econômica dos nossos territórios, estimulando e financiando as múltiplas formas de produção indígena. Uma forma eficaz de promover a proteção territorial contra os arrendamentos, a agricultura extensiva que utiliza agrotóxicos e as invasões de grileiros, madeireiros e diversas organizações criminosas. Precisamos gerar renda e valorizar os conhecimentos ancestrais de nossos povos que vivem em equilíbrio com o meio ambiente há gerações.
- 16.** Criar políticas públicas específicas para mulheres, jovens e pessoas indígenas em contexto urbano, com a finalidade de enfrentar as vulnerabilidades vivenciadas, considerando as diversidades e a organização social de cada povo.
- 17.** Impulsionar a descarbonização da matriz energética brasileira, com incentivo às energias renováveis que previnam e reparem danos socioambientais, com o devido respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, de modo a proteger nossos modos de vida, tradicionalidades e biodiversidades da produção em larga escala de energia. A produção de energia limpa deve, portanto, incluir entre as salvaguardas o controle público do uso da terra, a obrigatoriedade de realização da consulta prévia, do EIA/RIMA, o monitoramento dos empreendimentos e a reparação integral dos danos causados.
- 18.** Consolidação da experiência do Comitê de Desintrusão, derivado das conquistas judiciais do movimento indígena na ADPF 709, em política pública de Estado, que regulamente e preveja orçamento para a desintrusão de todas as terras indígenas invadidas.
- 19.** Esforço interministerial para a implementação da Convenção de Minamata no Brasil, garantidos os espaços para a efetiva participação indígena neste processo e o compromisso do Poder Público com a apresentação de medidas e respectivo orçamento para a recuperação dos territórios indígenas contaminados pelo mercúrio utilizado no garimpo ilegal.

Ao Poder Legislativo

20. Retirada de tramitação e arquivamento definitivo das Propostas de Emenda à Constituição que desconstitucionalizam os direitos indígenas, a exemplo da PEC 132/2015, PEC 48/2023, PEC 59/2023 e PEC 10/2024, tendo em vista que os direitos indígenas são cláusulas pétreas e não podem sofrer retrocessos mesmo na forma de propostas de emenda à Constituição Federal.

21. Interromper o genocídio legislado e aprovar projetos de lei que garantam direitos aos povos indígenas, tornando a PNGATI uma política de Estado (PL 4347/2021), reconhecendo os Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento no Sistema de Atenção à Saúde Indígena (PL 3514/2019), viabilizando medidas de enfrentamento às violências contra as mulheres indígenas (PL 4381/2023) e garantindo cotas para pessoas indígenas em concursos públicos federais, estaduais e municipais (PL 4386/2019, PL 5.476/2020 e PL 1.958/2021).

22. Ratificação do Acordo de Escazú pelo Estado brasileiro, para comprometer o Brasil internacionalmente com a defesa do meio ambiente e de seus defensores e aumentar a transparência e a participação social na tomada de decisões ambientais e climáticas.

Ao Poder Judiciário

23. Declaração imediata da inconstitucionalidade da Lei no 14.701/2023 pelo STF para conter as violências contra os povos indígenas, reafirmando o Direito Originário e excluindo em definitivo a aplicação da tese do Marco Temporal, em consonância com a decisão do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365.

24. Regulamentação da Consulta em que o TSE reconheceu o direito de candidaturas indígenas à reserva de fundos e de propaganda partidária, para impulsionar o aldeamento da política institucional a partir das eleições municipais de 2024, ampliando a bancada do cocar nos Poderes Legislativo e Executivo. Além da autodeclaração das candidaturas indígenas, o movimento indígena reivindica que haja a declaração de lideranças indígenas que atestem o pertencimento étnico da pessoa candidata segundo os usos, costumes e tradições de cada povo.

25. Garantir o acesso à justiça dos povos indígenas, por meio da obrigatoriedade de atuação de intérpretes das línguas maternas e da elaboração de laudo antropológico que leve em conta o entendimento da comunidade indígena sobre a conduta típica imputada pela justiça criminal e observe nossos mecanismos próprios de julgamento e punição.

Sem demarcação não há democracia!

Diga ao povo que avance!

Nosso marco é ancestral.

Sempre estaremos aqui!

TERRA, TEMPO E LUTA

Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil

Nós, povos indígenas, somos o próprio tempo. Somos encantadores desse tempo que é como uma serpente, com muitas curvas, uma história que não pode ser simplificada como uma linha reta. Quem poderia imaginar que, após mais de cinco séculos de colonização e extermínio, estaríamos aqui, firmes como nossas florestas, entoando nossos cantos e tocando nossos maracás, em resistência pela vida e pelo bem viver de toda a humanidade. 20 anos de Acampamento Terra Livre! O primeiro, realizado em 2004, reuniu 240 indígenas. Hoje, em Brasília, estamos aqui com cerca de 9 mil pessoas, representando mais de 200 povos, que vieram de todas as regiões e biomas desse território brasileiro para dizer: **‘NOSSO MARCO É ANCESTRAL! SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!’**

Entre os dias 22 e 26 de abril, estivemos na capital federal mobilizados para reivindicar nossos direitos! Nós da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com todas as nossas organizações regionais de base, Apoinme, Arpinsul,

Arpinsudeste, Aty Guasu, Comissão Guarani Yvyrupa, Coiab e o Conselho do Povo Terena, buscamos medidas efetivas que assegurem a proteção e o fortalecimento dos direitos indígenas, alinhadas com a dignidade e a justiça reivindicadas por nossos povos.

Começamos nossa mobilização histórica reivindicando 25 pontos, que estão na ‘Carta dos Povos Indígenas do Brasil aos Três Poderes do Estado’, com exigências para medidas urgentes. E finalizamos nossa mobilização reafirmando essas urgências! **NOSSO TEMPO É AGORA!** Já não podemos esperar mais tempo e precisamos de respostas concretas!

A decisão deliberada dos poderes do Estado de suspender a demarcação das terras indígenas e de aplicar a lei 14.701 (Lei do Genocídio Indígena) equivale a uma **DECLARAÇÃO DE GUERRA** contra nossos povos e territórios. Isso representa uma quebra no pacto estabelecido entre o Estado brasileiro e nossos povos desde a promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu exclusivamente nossos direitos originários, anteriores à própria formação do Estado brasileiro.

Alertamos que essa ruptura intencional resultará no aumento das violências e das políticas e práticas de genocídio historicamente promovidas tanto pela sociedade quanto pelo próprio Estado contra os povos indígenas. Desde os períodos mais remotos da história até os dias atuais, incluindo o legado sombrio da ditadura militar, cujas consequências ainda ecoam em nossas vidas.

Também ressaltamos que, assim como fizeram nossos ancestrais, resistiremos até o fim, mesmo que isso signifique colocar em jogo nossas próprias vidas, para proteger o que é mais sagrado para nós: nossa Mãe Terra. Estamos comprometidos com o direito de

viver com dignidade e liberdade, buscando o bem viver das gerações atuais e futuras dos nossos povos e da humanidade.

O que nos preocupa não é a morte. Esta, nós conhecemos de perto. Morte e vida são parte dessa serpente do tempo que transita sobre a terra, dentro das águas e na copa das árvores mais altas. O que nos preocupa é a covardia de quem tenta dominar o tempo indomável e busca lucrar com as nossas mortes. Nesta declaração afirmamos: **NÃO HÁ MAIS TEMPO PARA VOCÊS!**

Rejeitamos veementemente qualquer tentativa do governo federal de retomar políticas públicas sem garantir o essencial: a demarcação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas em primeiro lugar. Qualquer iniciativa que não priorize esses aspectos será apenas uma medida paliativa e insuficiente. É fundamental que a demarcação de terras seja respeitada e protegida, sem desvios ou manipulações, incluindo ações que visem desvirtuar esse processo, como as declarações recentes do presidente Lula. Os direitos territoriais dos povos indígenas são INEGOCIÁVEIS e devem ser preservados a todo custo.

No primeiro dia de mobilização do ATL, uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, relator de ações sobre a Lei do Genocídio Indígena (14.701), evidenciou mais uma vez sua parcialidade favorável aos ruralistas e historicamente anti-indígena. Apesar de reconhecer que a Lei contraria decisões feitas pelo STF sobre terras indígenas, Mendes, ao invés de anular a Lei, ele suspendeu todas as ações que visam garantir a manutenção dos direitos indígenas. Além disso, ele submeteu ao núcleo de conciliação do Tribunal a questão dos direitos fundamentais dos povos indígenas e mais uma vez afirmamos:

NOSSOS DIREITOS NÃO SE NEGOCIAM!

O ministro quer assim dar sinal verde para os que querem invadir nossas terras passarem a boiada sobre nossas vidas. Diante dessa decisão anti-indígena que foi feita por um único ministro, **RESTA SABER SE TODOS OS DEMAIS MINISTROS E MINISTROS DO STF IRÃO SE ACOVARDAR OU IRÃO SER CONTRÁRIOS A ESSA DECISÃO DE MORTE!**

Jamais aceitaremos a legalização do genocídio contínuo de nossos povos. Da mesma forma, repudiamos veementemente a abertura de nossos territórios a empreendimentos que contrariam a urgência da crise climática e do aquecimento global. Tais empreendimentos representam uma ameaça direta à mãe natureza, às florestas, aos nossos rios, à biodiversidade, à fauna e à flora, assim como a todas as riquezas e formas de vida que preservamos ao longo de milênios. Se há recursos disponíveis para compensar invasores, por que não utilizá-los para demarcar as Terras Indígenas? Se houver necessidade de comprar terras, que seja para reassentar os invasores, e não deslocar nossos povos de suas terras originárias. **PRESIDENTE LULA, NÃO QUEREMOS VIVER EM FAZENDAS!** É preciso impedir que Rui Costa, Ministro Chefe da Casa Civil, siga “mandando” sobre as homologações de Terras Indígenas.

Não admitimos esta situação. Estaremos vigilantes para que o Presidente Lula cumpra o compromisso de instalar, em um período de 15 dias, uma Força-Tarefa, composta por Ministério da Justiça, Ministério dos Povos Indígenas, Secretaria-Geral da Presidência e Advocacia Geral da União, para dialogar com os Três Poderes e demarcar definitivamente todas as nossas terras. Esperamos, ainda, que essa Força-Tarefa conte com participação efetiva de nossos povos e organizações.

Lutamos pela terra, porque é nela que cultivamos nossas culturas, nossa organização social, nossas línguas, costumes e tradições. E, principalmente, está nas nossas terras e territórios o nosso direito de permanecermos indígenas. Somos sujeitos históricos, somos cidadãos de direitos, somos nossos próprios representantes, aldeamos a política e continuaremos a demarcar o Brasil.

***NOSSO MARCO É ANCESTRAL.
SEMPRE ESTIVEMOS AQUI. E
SEMPRE ESTAREMOS AQUI!
SEM DEMARCAÇÃO NÃO HÁ
DEMOCRACIA!***

**Acampamento Terra Livre, Brasília,
26 de abril de 2024**

MANIFESTO INDÍGENA LGBTQIAP+ nós somos!

A Terra Livre que dá nome ao maior encontro de nossos povos, nos aponta um horizonte de liberdade. Para nós, ser livre sem a Terra não faz o menor sentido.

Se é da Terra que nascem as águas, que brotam as matas, que se fortalecem as raízes, as folhas, as flores, os frutos e toda flora, que dá abrigo e alimento ao pássaro, ao peixe, a onça, a cabra, e toda fauna... se é da Terra que toda vida emana, é por ela também que nós nos afirmamos LGBTQIAP+ Indígenas.

É a partir do horizonte da Terra Livre que nós há 20 anos ocupamos Brasília para reafirmar a soberania de nossos povos. É a agenda do ATL que empurra, há anos, o Estado brasileiro para um sentido de reconhecimento, de acolhimento, de reparação!

As nossas identidades LGBTQIAP+ transcendem os sentidos dados pelo colonialismo europeu ou pela modernidade ocidental. Nossas identidades são fruto da transmutação da dor em alegria, do sofrimento em prazer, das perdas em vitórias.

Mais ainda, nossas identidades são a representação de uma consciência de nós sobre nós, de nós sobre o outro, de nós sobre a Terra.

Como LGBTQIAP+ indígenas, nós temos orgulho de nossas identidades sexuais e de gênero, pois elas se tornaram ferramentas de luta política que se articula e soma ao nosso orgulho de sermos centenas de pessoas em diversas terras indígenas do Brasil.

Falamos diferentes línguas, temos nossos costumes e modos de vida. Acreditamos em

um mundo onde a natureza e seus povos sejam mais valorizados do que o lucro e as violências.

Somos múltiplos e estamos trilhando um caminho de respeito e reconhecimento por nosso corpo na mesma intensidade que por nossos territórios.

Se as desigualdades sociais, raciais, sexuais e de gênero, de classe, e tantas outras formas estruturais de violência, têm na mineração desenfreada, no agronegócio predatório e nas invasões contra nossas terras e culturas, uma aliança formada e articulada para nos aniquilar... cabe a nós, e somente a nós, costurar o outro rumo que o horizonte da Terra Livre deseja apontar!

Nossa identidade LGBTQIAP+ INDÍGENA não é contemporânea, não é moda. Nós existimos e resistimos na luta pela terra desde o princípio. Nós somos herdeiras do legado de Tibira.

O colonialismo, herdeiro presente da colonização de territórios e povos, segue tentando impor um único modelo de vida, baseado em culturas que condenam e criminalizam tudo que lhes é diferente, diverso.

Se as herdeiras da sociedade colonial seguem negando a possibilidade de nossa existência, livre, afetiva, prazerosa, tal qual negam a demarcação de nossos territórios... nós responderemos marchando juntas, somando forças, como um encontro de águas, que de onde nascem parecem frágeis e dóceis, mas que quando se encontram, formam correntezas e oceanos.

Nós acreditamos em um Brasil que é território indígena. As filhas e os filhos desse território se levantam por demarcação. Se levantam por reparação. Se levantam por igualdade na diversidade. As LGBTQIAP+ indígenas são parte do projeto de uma sociedade verdadeiramente feliz. A felicidade e a liberdade só serão possíveis se nossas existências também forem respeitadas.

**Somos indígenas e LGBTQIAP+
Nós e a Terra somos LIVRES!**

PROGRAMAÇÃO DAS TENDAS DAS REGIONAIS

PROGRAMAÇÃO TENDA APOINME

TENDA APOINME									
20º ATL NOSSO MARCO É ANCESTRAL. SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!									
Dia	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira			
DIA TODO	CREDENCIAMENTO DAS DELEGAÇÕES / PARTICIPANTES / TODOS OS DIAS AO LONGO DA PROGRAMAÇÃO NA TENDA								
DIA TODO	Exposição Fotográfica: um olhar sobre a luta territorial Tupinikim e Guarani no Espírito Santo								
08:00 - 09:00	Organização da estrutura da TENDA e alinhamentos com a Equipe Técnica	Instalação das delegações e distribuição dos insumos	Concentração das delegações e preparação para marcha	Combustíveis Fósseis: Desenvolvimento ou Catastrofe?	● Diagnóstico APOINME	Saude Indígena: compreendendo a proposta e perigos da AGSUS			
09:00 - 10:00			Marcha e Sessão SOLENE	● Debatedores: Paulo Tupinikin Kretã Kaigang Luene Karipuna	Tenda Principal				
10:00 - 11:00							COP30: Dilemas das Mudanças Climáticas:	Reunião Mulheres APOINME	Weibe Tapeba (Secretário de Saúde Indígena)
11:00 - 12:00							● Debatedores: João Victor Pankararu Dinamam Tuxá Cristiane Pankararu	Reunião Juventude APOINME	●
12:00 - 14:00	ALMOÇO								
14:00 - 15:00	CHEGADA DAS DELEGAÇÕES e distribuição dos insumos	Reunião Mulheres APOINME	Reunião de alinhamento entre regionais: Educação escolar Indígena	Oficina: Impactos de empreendimentos de energia nas TIs da APOINME	Marcha APIB/MST	TODOS NA PLENÁRIA PARA APROVAR O DOCUMENTO ATL			
15:00 - 16:00		● Oficina do Jurídico APOINME	Vota Parente: construindo estratégias para o fortalecimento das candidaturas indígenas em 2024.				●		
16:00 - 17:00		● Oficina Jurídico APOINME				● Debatedores: Cal Potiguara Marquinho Xucuru		RETORNO DAS DELEGAÇÕES	
17:00 - 18:00									
18:00 - 19:00	JANTAR								
19:00 - 20:00	CHEGADA DAS DELEGAÇÕES	Reunião Coordenação MRs	Reunião do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena		Reunião Coordenação MRs	RETORNO DAS DELEGAÇÕES			

PROGRAMAÇÃO

TENDA ARPINSUDESTE

22/04 Segunda-feira

- ▶ ACOLHIMENTO - boas-vindas às delegações

A partir das 20h:

- ▶ Mulheres indígenas aldeadas e no contexto urbano
- ▶ Anciões, Anciãs, Caciques e lideranças aldeadas e no contexto urbano
- ▶ Alinhamento com a coordenação Arpinsudeste

23/04 Terça-feira

A partir das 19h

- ▶ Educação escolar indígena
- ▶ Proteção dos Territórios da Mata Atlântica, demarcações e ampliações das TI de São Paulo e Rio de Janeiro

24/04 Quarta-feira

A partir das 19h

- ▶ Saúde indígena
- ▶ Juventude nas aldeias e no contexto urbano
- ▶ Diálogo de alinhamento com organizações parceiras.

25/04 Quinta-feira

- ▶ Noite cultural

26/04 Sexta-feira

- ▶ Despedida das delegações com dança conjunta.

PROGRAMAÇÃO TENDA CGY

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	08h Alinhamento - Por que viemos aqui?	08h Orientações e preparativos para a marcha (<i>Marcha às 10 horas</i>)	09h Mesa de Diálogo Guarani e Timbira - Enfrentamento à Expansão da Soja e ao Uso de Agrotóxicos		
Tarde	19h Avaliação do dia e alinhamento para o dia seguinte	19h Todos e todas na tenda principal Lançamento do documentário do Encontro nacional de Kunhangue	19h Avaliação do dia e alinhamento para o dia seguinte	13h Orientações e preparativos para a marcha (<i>Marcha às 14:00</i>) 19h Avaliação do dia e alinhamento para o dia seguinte	
Noite	20h Concentração cultural/espiritual para a marcha	20h CGY - Como começou? Relembrar o histórico de luta Guarani	20h Xondaro e Mborai - fortalecimento da dança e canto Guarani	20h Roda de conversa - Juventude Guarani - desafios e perspectivas	

PROGRAMAÇÃO TENDA COIAB

Domingo (21/04)

09h às 18h | Chegada das delegações da Amazônia

Segunda-feira (22/04) - Defesa dos direitos indígenas e políticas públicas prioritárias

08h | Abertura: Coiab, 35 anos, uma história de luta

09h | Roda de conversa: Cenário Atual dos Territórios Indígenas e as retiradas de direitos na Amazônia

12h | Almoço

14h | Estratégias da Advocacia Indígena para a Defesa de Direitos

16h | Construção do documento referente às demandas do dia

17h30min | Assinatura do Protocolo de intenções Coiab e Funai

18h | Apresentação da Pesquisa de Letramento em Saúde Ambiental nas Populações Indígenas da Amazônia Brasileira

19h | Jantar

20h | Filme: Amazônia, a Nova Minamata?

Terça-feira (23/04) - Direitos Indígenas não se negociam

08h | Roda de conversa: direitos constitucionais, órgãos de controle e proteção dos direitos dos Povos Indígenas

09h | Marcha #EmergênciaIndígena: Nossos Direitos não se negociam

10h | Roda de Conversa: Proteção e Demarcação das Terras Indígenas com

povos Isolados e de Recente Contato e a garantia do usufruto exclusivo

12h | Almoço

14h | Apresentação do Projeto Conexão Povos da Floresta

16h | Roda de Conversa: Juventude Indígena na Amazônia brasileira -

Saúde Mental, Bem-Viver, Educação Antirracista e a Emergência na Saúde Indígena

18h | Apresentação cultural

19h | Jantar

Quarta-feira, 24/04 Autonomia e sustentabilidade dos povos e territórios indígenas da Amazônia Brasileira

08h | Roda de Conversa: Importância dos Planos de vida nos territórios indígenas da Amazônia

09h | Lançamento do Projeto DABUCURY: Compartilhando experiências e

fortalecendo a gestão etnoambiental das terras indígenas da Amazônia Brasileira

10h | Lançamento da Segunda Chamada de Apoio a Pequenos Projetos do Podáali

11h | Roda de Conversa: Mapeamento dos Protocolos de Consulta na Amazônia Indígena

12h | Almoço

14h | Roda de Conversa: Emergência climática e os caminhos para uma transição energética justa na Amazônia Indígena

16h | Apresentação do Centro Amazônico de Formação Indígena - CAFI, autonomia indígena através da formação

17h30 | Lançamento do Projeto Nossa Terra, Nossa Mãe: gestão territorial Indígena integrada

18h30 | Lançamento do Projeto Aliança dos povos indígenas pelas florestas da Amazônia Oriental: conservar, proteger, restaurar

19h | Jantar

Quinta-feira, 25/04 Infância, juventude e gênero na Amazônia Indígena

08h | Apresentação do Plano de Ação Estratégico das Mulheres Indígenas da Rede Coiab

09h | Lançamento do site do coletivo Guerreiras da Floresta

10h | Roda de Conversa: CAFI Parentinho, preparando uma nova geração de lideranças indígenas

12h | Almoço

14h | Aula Magna do curso Economias Indígenas no século XXI: construindo novos conceitos de desenvolvimento

15h30 | Lançamento da Gerência de Economias Indígenas da COIAB

16h | Marcha Nosso Marco é Ancestral. Sempre Estivemos aqui (Marcha 524 anos de resistência e 20 anos de mobilização permanente do movimento indígena)

19h | Jantar

Sexta-feira (26/04) - Amazônia Indígena Rumo a COP 30

08h | Leitura da Carta Amazônia Indígena, nosso marco é ancestral, sempre estivemos aqui


09h | Roda de conversa: Cúpula dos Povos Rumo a COP 30

12h | Almoço


14h | Apresentação Projeto Amazônia de Pé nas Aldeias Tenda Principal do ATL


16h | Plenária de leitura e aprovação do Documento Final do ATL: "NOSSO MARCO É ANCESTRAL. SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!"





 apiboficial.org

 apib.se@apiboficial.org

 [apiboficial](https://www.instagram.com/apiboficial)

 [apiboficial](https://www.facebook.com/apiboficial)

 [ApibOficial](https://twitter.com/ApibOficial)

 [APIBOFICIAL](https://www.youtube.com/APIBOFICIAL)

